

**Perceção social da violação:
O efeito do tamanho dos olhos, da categorização da
mulher em subtipos e do género do observador**

Maria Clara Teodoro Ferrão

**Dissertação para a obtenção do grau de Mestre
em Psicologia Social e das Organizações**

Trabalho efetuado sob a orientação de:
Prof. Doutora Gabriela Gonçalves

Faro, 2013

**Percepção social da violação:
O efeito do tamanho dos olhos, da categorização da
mulher em subtipos e do género do observador**

Maria Clara Teodoro Ferrão

**Dissertação para a obtenção parcial do grau de Mestre
em Psicologia Social e das Organizações**

Trabalho efetuado sob a orientação de:
Prof. Doutora Gabriela Gonçalves

2013

Perceção social da violação: O efeito do tamanho dos olhos, da categorização da mulher em subtipos e do género do observador

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DE TRABALHO

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

(Maria Clara Ferrão)

Copyright by

Maria Clara Teodoro Ferrão

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho de exemplares impressos reproduzidos em papel ou em forma digital, ou por outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Todos os trabalhos que se encontram presentes nesta dissertação foram referenciados de acordo com o Manual de Publicação da APA – 6.^a Edição (2010)

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Prof. Doutora Gabriela Gonçalves, orientadora desta dissertação, pelo incentivo, apoio e disponibilidade. Acima de tudo, obrigada pela paciência com que me acompanhou neste percurso e por me ter contagiado com o entusiasmo que lhe é tão característico. Foi um privilégio ter sido sua orientanda.

Devo um agradecimento especial ao Prof. Doutor Jean-Christophe Giger, pela sua disponibilidade e ajuda em algumas questões metodológicas, e ao restante corpo docente, em particular a Prof. Doutora Joana Santos e o Prof. Alejandro Orgambidez-Ramos, pelo vosso exemplo de excelência profissional e de generosidade.

Os colegas do mestrado também foram importantes para a minha persistência e motivação, principalmente o Tiago, que sempre me apoiou em todos os momentos (os melhores e os piores) deste percurso.

Um último agradecimento vai para a minha família e amigos, que, através do seu afeto e apoio constantes, continuam a alimentar a minha crença no ser humano e o desejo de ser uma pessoa melhor. Agradeço em especial à minha mãe e ao Ezequiel, que me conhecem como ninguém e cujo carinho e paciência não conhecem limites.

De forma sincera e despretensiosa, agradeço a todos aqueles que me têm ajudado a crescer e a materializar os meus sonhos...

Faro, julho de 2013

Maria Clara Teodoro Ferrão

Resumo

Este trabalho analisou o efeito do tamanho dos olhos, do subtipo de mulher e do género do observador na percepção social dos intervenientes de uma situação de violação (vítima e agressor). Foi utilizado um desenho experimental de 3 (tamanho dos olhos: pequeno vs. normal vs. grande) X 2 (subtipo de mulher: tradicional vs. não-tradicional) X 2 (género do observador: feminino vs. masculino). Os participantes (90 homens e 90 mulheres) observaram uma fotografia com um rosto de mulher (com manipulação do tamanho dos olhos) e avaliaram o grau de atração inicial, honestidade e identificação com o estímulo. Posteriormente, leram um cenário de violação com manipulação do subtipo de mulher (imaginando que a vítima era o estímulo da foto) e avaliaram o grau de responsabilidade da vítima e do agressor. Os resultados mostraram efeitos significativos do tamanho dos olhos em todas as variáveis, observando-se que a mulher com olhos grandes foi percebida de forma mais positiva (maior grau de atração, honestidade e identificação), foi menos responsabilizada pela situação e ativou um maior grau de responsabilização do agressor. O género do observador apresentou um efeito no grau de atração inicial (os homens consideraram o estímulo mais atraente do que as mulheres), mas não parece ter influência nas atribuições de responsabilidade. O subtipo de mulher teve um efeito no grau de responsabilização da vítima, uma vez que a mulher não-tradicional foi menos responsabilizada do que a tradicional. Os resultados foram discutidos tendo por base a importância dos atributos pessoais da vítima e do observador na percepção social da violação.

Palavras-chave: percepção social da violação, tamanho dos olhos, género, subtipo de mulher, atração inicial, honestidade

Abstract

This study examined the influence of eye size, subtype of woman, and observer gender (female vs. male) on attributions of responsibility for rape (victim and perpetrator). A 3 (eye size: small vs. normal vs. large) X 2 (subtype of woman: traditional vs. nontraditional) X 2 (observer gender: female vs. male) experimental design was used. Participants (90 females and 90 males) observed one of three randomly assigned female faces (with eye size manipulation) and rated initial attraction, honesty, and identification with the stimulus. They were then asked to read a rape scenario involving a traditional or nontraditional woman (imagining the victim was the female in the picture), and to rate the victim and assailant responsibility. Results showed significant main effects for eye size on all variables; the female with large eyes was perceived as more attractive and honest, elicited higher levels of identification, was assigned less responsibility, and the assailant was attributed more responsibility. Observer gender was shown to affect initial attraction (men consider the stimulus more attractive than women), but no effects were found for attributions of responsibility. Subtype of woman was proven to influence rape perception, given that nontraditional woman was assigned less responsibility. These results were discussed considering the role of the victim and observer characteristics as determinants of rape perception.

Keywords: rape perception, eye size, gender, subtype of woman, initial attraction, honesty

Índice geral

Introdução	13
1. Enquadramento teórico	16
1.1. Perceção social da violação e características da vítima	16
1.1.1. Atributos físicos	16
1.1.2. Categorização da mulher em subtipos	19
1.2. O género do observador	21
2. Estudo empírico	24
2.1. Objetivos e hipóteses de investigação	24
2.2. Metodologia	25
2.2.1. Desenho experimental e participantes	25
2.2.2. Instrumentos e materiais	26
2.2.2.1. Paradigma	26
2.2.2.2. Instrumentos	27
2.2.3. Procedimento	28
2.3. Resultados	29
2.3.1. Atração inicial e honestidade percebida	29
2.3.2. Grau de responsabilização da vítima	32
2.3.3. Grau de responsabilização do agressor	33
2.3.4. Análises adicionais	36
2.4. Discussão	37
2.4.1. O papel do tamanho dos olhos e do género no grau de atração e honestidade	38
2.4.2. O efeito do tamanho dos olhos na responsabilização da vítima e do agressor	40

3.4.3. O efeito do subtipo de mulher nas atribuições de responsabilidade	43
3.4.4. O papel do género do observador na percepção da vítima e do agressor	45
Conclusão	48
Referências bibliográficas	51
Anexos	60
Anexo 1: Manipulação experimental do tamanho dos olhos	61
Anexo 2: Cenário de violação com mulher tradicional vs. não-tradicional	62
Anexo 3: Questionário de autopreenchimento	63

Lista de figuras

Figura 2.1: Efeito da interação tamanho dos olhos X género sobre o grau de atração inicial	31
Figura 2.2: Efeito da interação tamanho dos olhos X género na responsabilização da vítima	33
Figura 2.3: Efeito da interação tamanho dos olhos X subtipo de mulher na responsabilização do agressor	36

Lista de tabelas

Tabela 2.1: Variáveis utilizadas no estudo (por ordem de aplicação)	25
Tabela 2.2: Plano experimental do estudo	26
Tabela 2.3: Caracterização sociodemográfica da amostra	26
Tabela 2.4: Etapas do paradigma experimental e recolha	28
Tabela 2.5: Média e desvio padrão do grau de identificação por condição ($n = 30$)	29
Tabela 2.6: Média e desvio padrão da atração e honestidade por condição ($n = 30$)	30
Tabela 2.7: Média e desvio padrão da responsabilização da vítima por variável	31
Tabela 2.8: Média e desvio padrão da responsabilização da vítima por condição ($n = 15$)	32
Tabela 2.9: Média e desvio padrão da responsabilização do agressor por variável	33
Tabela 2.10: Média e desvio padrão da responsabilização do agressor por condição ($n = 15$)	34
Tabela 2.11: Coeficientes de correlação de Pearson entre a atração, a honestidade e a identificação, de acordo com a condição	36

Lista de abreviaturas, siglas e símbolos

AI: Atração Inicial

C: Condição

EH: Escala de Honestidade

F: Feminino

HP: Honestidade Percebida

IAI: Índice de Atração Inicial

ID: Identificação

M: Masculino

NT: Não-Traducional

RA: Responsabilização do Agressor

RV: Responsabilização da Vítima

T: Tradicional

Introdução

Os crimes de violação constituem uma problemática social com diversas consequências para a vítima, sobretudo o trauma da violência e a estigmatização social (Krahè, 1991; Grubb & Turner, 2012; Rebeiz & Harb, 2010). Por esse motivo, a análise das variáveis psicológicas envolvidas na percepção das mulheres vitimizadas sexualmente tem um papel importante na compreensão das atitudes em relação à violação e na implementação de programas de intervenção que invertam os atuais padrões de responsabilização da vítima (Anderson & Whiston, 2005; Lee, Kim, & Lim, 2010). Em termos legais, pode potenciar o aumento do número de vítimas que denuncia este tipo de crimes e tem implicações nos processos de tomada de decisão judiciais, permitindo que sejam conduzidos de forma mais objetiva e menos ancorada na ideologia de responsabilização da vítima (Grubb & Harrower, 2009).

A investigação empírica tem procurado identificar as variáveis que mais influenciam a percepção social da mulher vitimizada sexualmente, através de dois eixos analíticos estruturantes: os atributos da vítima e as características do observador social (Grubb & Harrower, 2009; Grubb & Turner, 2012; Pollard, 1992). De entre estes atributos e características, as variáveis consideradas para este estudo resultam da articulação de três aspetos básicos dos processos inter-relacionais: (a) a importância da aparência física na percepção social, em particular a predisposição dos indivíduos para focarem a atenção nos olhos, o ponto central do rosto (Argyle, 1970; Geldart, Maurer, & Carney, 1999); (b) a categorização das mulheres com base na conformidade aos papéis de género tradicionais (Vonk & Ashmore, 2003); (c) a influência do género do observador nos julgamentos sociais, resultando numa avaliação mais positiva dos membros do endogrupo (Tajfel, Billig, Bundy, & Flament, 1971; Tajfel & Turner, 1986).

No que se refere aos atributos da vítima, há uma tendência individual para realizar julgamentos valorativos a partir da aparência física (Ambady & Skowronski, 2008; Atoum & Al-Simadi, 2000) e, frequentemente, as pessoas consideradas atraentes são avaliadas de forma mais positiva (Dion, Berscheid, & Walster, 1972). Este padrão também é válido na percepção social da vítima de violação, que é menos responsabilizada quando é atraente (Deitz, Littman, & Bentley, 1984; Gerdes, Dammann, & Heilig, 1988). O tamanho dos olhos, o principal foco de atenção do rosto (Argyle, 1970), é um dos traços físicos que mais parece influenciar a avaliação de um

estímulo social, observando-se que as mulheres com olhos grandes são percebidas como mais atraentes (Geldart *et al.*, 1999; Gonçalves *et al.*, 2012a) e honestas (Paunonen, Ewan, Erathy, Lefave, & Goldberg, 1999). A literatura é omissa em relação à influência deste traço facial na percepção social da violação, mas, considerando o seu efeito nas disposições atribucionais, é expectável que contribua para julgamentos valorativos menos responsabilizadores da mulher vitimizada sexualmente.

Quando considerada a categorização da mulher em subtipos, nomeadamente tradicional (e.g., a típica dona de casa) e não-tradicional (e.g., com uma carreira), regista-se uma tendência para avaliar mais negativamente a vítima que transgride a tradicionalidade de papéis (Abrams, Viki, Masser, & Bohner, 2003; Ben-David & Schneider, 2005; Sibley & Wilson, 2006; Viki & Abrams, 2002). No caso específico do género do observador, há evidências de que as mulheres responsabilizam menos a vítima do que os homens (Deitz *et al.*, 1984; Gerdes *et al.*, 1988), mas alguns autores reportam a inexistência de diferenças entre géneros (e.g., Acock & Ireland, 1983; Krahe, 1988). O estudo destas variáveis apresenta um valor acrescido, principalmente se considerarmos que o número de vítimas do género feminino é muito superior ao dos homens e que a percepção deste tipo de crimes resulta de um processo de socialização diferenciado desde os primeiros anos de vida. Este processo tem impacto na manutenção de estereótipos sexistas e numa maior aceitação da violência interpessoal por parte dos homens, perpetuando-se uma ideologia que promove o domínio dos homens sobre as mulheres (Girard & Senn, 2008; Grubb & Turner, 2012; Kolivas & Gross, 2007).

Apesar da existência de uma literatura extensa sobre a percepção social da violação, não há qualquer evidência empírica para a relação entre as características faciais, em particular os olhos (o ponto central do rosto), e a responsabilização da mulher vitimizada sexualmente. Além disso, a categorização da mulher em subtipos e o género do observador constituem duas variáveis importantes nos processos inferenciais, pelo que a análise da inter-relação destas variáveis poderá constituir um instrumento útil para o conhecimento dos construtos teóricos associados à estigmatização social das vítimas de violação. Desta forma, de acordo com os processos inter-relacionais identificados, este estudo tem como objetivo principal observar o efeito dos atributos da vítima de violação (tamanho dos olhos e subtipo de mulher) e do género do observador social no grau de responsabilização da vítima/agressor.

No que diz respeito à estrutura, este estudo é constituído por duas partes principais: (1) *enquadramento teórico* (revisão das implicações teóricas que servem de base a este estudo); (2) *estudo empírico* (apresentação dos objetivos/hipóteses e da metodologia utilizada, descrição dos resultados e discussão). O trabalho apresenta ainda uma conclusão, com a reflexão sobre a pertinência dos resultados obtidos para o conhecimento científico, as limitações e sugestões para estudos futuros.

1. Enquadramento teórico

1.1. Perceção social da violação e características da vítima

1.1.1. Atributos físicos

A perceção da violação reflete um padrão frequente de estigmatização social da vítima, sobretudo nas situações em que há um conhecimento prévio do agressor (Abrams *et al.*, 2003; Gerdes *et al.*, 1988; Gölge, Yavuz, Mùderrisoglu, & Yavuz, 2003; Viki & Abrams, 2002). Com efeito, a mulher vitimizada sexualmente ocupa uma posição única no contexto sociocriminal, devido à atribuição de responsabilidade não só ao agressor mas também à vítima, ainda que em menor amplitude (Angelone, Mitchell, & Lucente, 2012; Krahe, 1988; Mitchell, Angelone, Kohlberger, & Hirschman, 2009). Esta disposição atribucional é conceptualizada como o resultado de um processo avaliativo influenciado por fatores tangenciais ao próprio crime, com particular incidência nas características da vítima e do observador (Angelone *et al.*, 2012; Gölge *et al.*, 2003; Grubb & Harrower, 2009; Pollard, 1992).

Em termos gerais, a perceção social desenvolve-se numa dinâmica inter-relacional que prioriza as características mais imediatas dos outros (e.g., identidade sexual e aparência física) como fator condicionante de pré-julgamentos (Dion *et al.*, 1972). Com efeito, a aparência é um dos fatores que mais influencia o processo percetivo, determinando a existência de uma relação diádica entre o aspeto físico e a inferência de traços de personalidade. Neste sentido, diferentes estudos experimentais com cenários hipotéticos de violação têm mostrado o papel de alguns atributos da vítima na perceção social da violação, nomeadamente a aparência física (e.g., Deitz *et al.*, 1984; Gerdes *et al.*, 1988; Tarsi & Jalbert, 1999).

A associação entre a aparência física e os processos inferenciais é expressa através do estereótipo “*O que é belo é bom*” (Dion *et al.*, 1972) e relaciona-se com a atração inicial exercida no percipiente, conceito definido como uma atitude positiva e uma predisposição para a interação com o outro num momento inicial (Rodrigues & Garcia-Marques, 2006). Este construto multidimensional é caracterizado pela voluntariedade para interagir/positividade associada ao sentimento, pelas reações fisiológicas e pelos comportamentos de *flirting*/fantasia (Rodrigues & Garcia-Marques, 2006). De um modo

geral, quando o estímulo social é do género oposto há uma maior propensão para experienciar atração, sobretudo devido à influência de fatores biológicos e culturais (Griffin & Langlois, 2006; Rodrigues & Garcia-Marques, 2005).

A preferência por pessoas atraentes ocorre numa fase inicial do desenvolvimento humano: mesmo as crianças preferem olhar para rostos atraentes (Langlois, Ritter, Roggman, & Vaughn, 1991; Rubenstein, Kalakanis, & Langlois, 1999). Assim, a atração parece funcionar como um mecanismo facilitador das relações interpessoais, na medida em que os indivíduos atraentes são considerados mais profissionais, sociáveis, competentes, populares (para uma revisão, ver Langlois *et al.*, 2000), honestos (Shinners, 2009) e desejáveis sexualmente (Dion *et al.*, 1972). Este viés positivo também influencia o comportamento, porque as pessoas atraentes são mais bem tratadas pelos outros, recebem mais atenção, suscitam comportamentos pró-sociais (e.g., ajuda) e experienciam menos punições do que as menos atraentes (Langlois *et al.*, 2000).

No contexto particular da violação, os processos inferenciais também podem ser influenciados pelos atributos físicos da mulher vitimizada sexualmente. A vítima não atraente parece estar em desvantagem em relação à atraente: é mais responsabilizada pela agressão (Deitz *et al.*, 1984; DeJong, 1999; Gerdes *et al.*, 1988; Seligman, Brickman, & Koulack, 1977; Thornton & Ryckman, 1983; Vrij & Firmin, 2001), é vista como menos honesta e credível (Vrij & Firmin, 2001) e ativa sentimentos negativos e de rejeição (Deitz *et al.*, 1984; Thornton & Ryckman, 1983). Além disso, as evidências contra o agressor são consideradas mais fracas (Vrij & Firmin, 2001), sendo-lhe atribuídas sentenças de prisão mais curtas, o que sugere que a agressão sexual contra as mulheres não atraentes é menos séria e merece menor punição (Feild, 1979).

Por outro lado, de acordo com o estereótipo “*O que é belo é bom*” (Dion *et al.*, 1972), as mulheres atraentes ativam um maior grau de simpatia, principalmente quando o agressor é conhecido (Abrams *et al.*, 2003; Gerdes *et al.*, 1988; Gölge *et al.*, 2003; Viki & Abrams, 2002). Uma das características percebidas neste tipo de vítimas é a honestidade, o que reduz a sua responsabilidade e aumenta a do agressor (Vrij & Firmin, 2001). Este construto, definido como o ato de comunicar e agir de modo verdadeiro e com justiça (Reysen, 2008), está mais sujeito à influência de pistas não-verbais (e.g., traços físicos) do que pistas verbais, inferindo-se que os atributos físicos podem ter um papel importante na percepção da vítima de violação. A percepção da

honestidade com base em pistas não-verbais como a aparência e o gênero pode levar à ocorrência de erros de atribuição e a julgamentos perceptivos menos rigorosos e precisos (Shinners, 2009). Além disso, é de referir que a existência de um maior número de pistas não-verbais se associa a percepções mais precisas e a um maior interesse em desenvolver uma relação com o outro (Kotlyar & Ariely, 2013).

A explicação para as evidências assinaladas não é imediata: por um lado, as vítimas consideradas menos atraentes podem ser mais responsabilizadas pela agressão, porque são vistas como um alvo pouco provável deste tipo de crime, o que pode significar que encorajaram ou provocaram a situação (Deitz *et al.*, 1984; DeJong, 1999; Krahe, 1991); por outro, é possível que a ativação de sentimentos mais positivos por parte das pessoas atraentes desperte um maior apoio à vítima e um maior desejo de punição do agressor (Erian, Lin, Patel, Neal, & Geiselman, 1998). Independentemente das razões, as vantagens sociais dos indivíduos atraentes podem ser explicadas pelo efeito de halo, através do qual a percepção de um único traço pode afetar as restantes percepções sobre um estímulo social. Este tipo de efeito pode levar a vieses perceptivos e a erros de atribuição (Asch, 1946; Shinners, 2009).

No contexto da percepção social, quando julgamos os outros pela aparência física temos tendência a privilegiar os traços faciais (Atoum & Al-Simadi, 2000). O rosto é particularmente importante, uma vez que é o principal canal de comunicação interpessoal e é constituído por vários elementos morfológicos (Kościński, 2007), em especial os olhos, que são o principal foco do rosto (Argyle, 1970). Num estudo realizado a partir de imagens faciais estáticas (com um estímulo feminino), Geldart e colegas (1999) mostraram que o tamanho dos olhos tem um efeito nas fixações visuais de bebés de cinco meses e nos julgamentos estéticos dos adultos, o que pode sugerir a preferência por rostos com traços faciais maiores ou com mais contorno (Geldart *et al.*, 1999). Por esse motivo, o tamanho dos olhos assume um papel central (Kleisner, Priplatova, Frost, & Flegr, 2013) na percepção de atributos como o grau de atração (Cunningham, Roberts, Barbee, Druen, & Wu, 1995; Geldart *et al.*, 1999; Gonçalves *et al.*, 2012a; Pettijohn & Tesser, 2005) e a honestidade percebida (Atoum & Al-Simadi, 2000; Paunonen *et al.*, 1999). Além disso, dirige o sentido da formação de impressões (avaliação positiva vs. negativa), na medida em que, através do efeito de halo (Asch, 1946), a percepção de um único atributo pode condicionar a avaliação global (positiva ou negativa) que se faz do outro.

Com efeito, os adultos com “*cara de bebé*”, sobretudo com olhos maiores, recebem uma avaliação mais positiva (Geldart *et al.*, 1999; Meerdink, Garbin, & Leger, 1990), sendo considerados mais atraentes e sociáveis (Berry & McArthur, 1985; Cunningham *et al.*, 1995; Gonçalves *et al.*, 2012a, 2012b; Monin, 2003; Pettijohn & Tesser, 2005), honestos, carinhosos, empáticos e inteligentes (Berry & McArthur, 1985; McArthur & Apatow, 1984; Paunonen *et al.*, 1999). Contudo, apesar da existência de estudos sobre o efeito do tamanho dos olhos na inferência de atributos positivos, a literatura é omissa no que se refere à influência daquele traço facial na avaliação da mulher vitimizada sexualmente, exigindo a realização de estudos nesta área.

Por outro lado, o género do estímulo social também se constitui como uma característica imediata nas relações interpessoais, podendo afetar a inferência de informação por parte do observador. Esta característica é tanto mais importante se considerarmos que os homens e as mulheres têm um processo de socialização diferenciado desde os primeiros anos de vida, que pode resultar na criação de estereótipos sexistas sobre os papéis de género e influenciar os comportamentos e crenças em relação aos outros e a nós próprios (Glick & Fiske, 1996; Grubb & Turner, 2012). Ao longo de séculos, a mulher foi alvo de crenças sexistas e avaliada em função do género a que pertence, principalmente quando não cumpria o papel submissivo que lhe era atribuído. Por esse motivo, o efeito da conformidade ou transgressão das normas tradicionalmente associadas ao papel da mulher na sociedade é analisado no subcapítulo seguinte.

1.1.2. Categorização da mulher em subtipos

Para além da aparência física, a mulher pode ser percecionada de acordo com construções sociais e culturais que refletem ideias estereotípicas sobre as mulheres (Fiske, Cuddy, Glick, & Xu, 2002; Fiske, Xu, Cuddy, & Glick, 1999; Frese, Moya, & Megías, 2004). De facto, as mulheres são percebidas como um grupo heterogéneo (Vonk & Ashmore, 2003), o que leva à sua categorização em três subtipos principais: (1) mulher tradicional (e.g., dona de casa); (2) mulher não-tradicional (e.g., feminista e com uma carreira); (3) e o subtipo sexual das mulheres sedutoras (DeWall, Altermatt, & Thompson, 2005; Noseworthy & Lott, 1984; Six & Eckes, 1991).

No que diz respeito à categorização social da mulher em subtipos, e apesar de nas últimas décadas assistirmos a uma mudança de mentalidades, a literatura sobre a percepção social (e.g., Glick & Fiske, 2001; Fiske *et al.*, 2002) demonstra que a mulher tradicional, representada tipicamente pela dona de casa, tende a ser avaliada de forma mais positiva que o subtipo não-tradicional, em parte devido à percepção de atributos como a bondade e a sociabilidade (Capezza & Arriaga, 2008; Fiske *et al.*, 2002).

Com efeito, as mulheres tradicionais são vistas como mais sociáveis e, ao mesmo tempo, como seres que precisam de proteção (Fiske *et al.*, 2002). Por outro lado, uma mulher com uma carreira é considerada inteligente, pouco sociável e pouco simpática, além de ser vista como uma competição (Eckes, 2002; Fiske *et al.*, 1999). A literatura (e o próprio percurso das mulheres ao longo da História) também sugere que o subtipo tradicional é “*recompensado*” com benevolência, ao passo que o subtipo não-tradicional ativa reações hostis (Haddock & Zanna, 1994; Sibley & Wilson, 2006; Six & Eckes, 1991).

Como consequência, no contexto particular da violação, alguns estudos (e.g., Capezza & Arriaga, 2008; Luginbuhl & Mullin, 1981; Sibley & Wilson, 2006) colocam em evidência o facto de a mulher não-tradicional ativar uma avaliação mais negativa, particularmente porque há uma transgressão do papel tradicionalmente atribuído à mulher (Abrams *et al.*, 2003; Ben-David & Schneider, 2005; Jones & Aronson, 1973; Krahe, 1988; Sibley & Wilson, 2006; Viki & Abrams, 2002).

Espera-se, assim, que as mulheres assumam um papel tradicional e se comportem de acordo com ele. Se a descrição de uma vítima de violação sugerir que a mulher transgrediu esse papel, então o seu comportamento passa a ser percecionado como um fator crítico que resulta numa interpretação menos factual da situação (Best & Demmin, 1982). Contudo, estes dados não são consensuais, uma vez que outros autores não encontram qualquer relação entre a conformidade aos papéis de género e a atribuição de responsabilização à vítima (e.g., Krahe, 1988; Paulsen, 1979).

A categorização da mulher em subtipos resulta de uma articulação entre as características do estímulo social e do observador, na medida em que parece haver uma maior influência desta variável nos julgamentos disposicionais quando os indivíduos mantêm crenças sexistas sobre o grupo das mulheres (Capezza & Arriaga, 2008;

Sakalli-Uğurlu, Yalçın, & Glick, 2007). Neste sentido, o género do observador também pode influenciar a percepção da vítima e do perpetrador de violação.

1.2. O género do observador

Os homens e as mulheres aprendem papéis diferenciados desde os primeiros anos de vida, de acordo com as expectativas sociais e atitudes em relação às diferenças anatómicas entre ambos os géneros (Grubb & Turner, 2012; Larsen & Krumov, 2013). Estas expectativas são perpetuadas por diferentes estruturas sociais (e.g., família e escola) e culturalmente dependentes, ao passo que as diferenças biológicas são universais (Larsen & Krumov, 2013). Desta forma, espera-se que os homens tenham uma orientação social direcionada para a independência, domínio e liderança, enquanto as mulheres têm uma orientação direcionada para o apoio interpessoal, reciprocidade e expressividade emocional (Ridgeway, 1992).

Por esse motivo, e considerando que as principais vítimas de violação são mulheres, as diferenças de género em relação à percepção deste tipo de crime têm sido estudadas por diversos autores (e.g., Acock & Ireland, 1983; Gölge *et al.*, 2003; Grubb & Harrower, 2009; Newcombe, van den Eynde, Hafner, & Jolly, 2008). Assim, no que diz respeito à possível influência do género do observador nas diferentes atribuições de responsabilidade, uma análise da literatura revela efeitos inconsistentes e contraditórios na percepção social da mulher sexualmente vitimizada. Neste sentido, alguns investigadores (e.g., Acock & Ireland, 1983; Frese *et al.*, 2004; Gerdes *et al.*, 1988; Krahe, 1988; Johnson, Jackson, & Smith, 1989; Mandela, 2011; Newcombe *et al.*, 2008; Pedersen & Strömwall, 2013; Strömwall, Alfredsson & Landström, 2013; Whatley, 2005) mostram que o género não é uma variável relevante nas atribuições de responsabilidade à vítima. Outros autores mostram que as mulheres podem responsabilizar mais a vítima (e.g., Cameron & Stritzke, 2003; Luginbuhl & Mullin, 1981; Nagel, Matsuo, McIntyre, & Morrison, 2005), mas na maioria dos estudos (e.g., Bridges & McGrail, 1989; Cohn, Dupuis, & Brown, 2009; Deitz *et al.*, 1984; Feild, 1978; Gölge *et al.*, 2003; Grubb & Harrower, 2009; Harrison, Howerton, Secarea, & Nguyen, 2008; Mitchell *et al.*, 2009; Schneider, Mori, Lambert, & Wong, 2009; Workman & Freeburg, 1999; Yamawaki & Tschanz, 2005) verifica-se que os homens

têm atitudes menos positivas em relação à vítima, atribuindo-lhe um maior grau de responsabilização e culpa.

De facto, a maior parte das pesquisas sobre a percepção social da violação identifica diferenças significativas na forma como as mulheres e os homens avaliam situações que envolvem mulheres vitimizadas sexualmente. De um modo geral, os homens têm crenças mais estereotipadas sobre a agressão sexual, percecionando a violação como um crime motivado sexualmente (e não como um ato motivado pelo desejo de poder e controlo), o que pode levar os indivíduos a acreditar que características como a aparência da vítima são relevantes quando se avalia um crime desta natureza (Anderson & Swainson, 2004). Nesta perspetiva, considera-se que a efetivação do crime resulta da existência de desejos sexuais inatos aos homens e que a responsabilidade por controlar esses desejos depende da mulher, esperando-se que ela aceite as consequências da falta de controlo do homem (Coates & Wade, 2004). Este tipo de crenças leva, assim, à desculpabilização do comportamento do agressor, porque se acredita que ele não conseguiu controlar as suas ações (Coates & Wade, 2004; Feild, 1979).

Da mesma forma, os homens expressam uma maior aceitação dos mitos de violação (Morry & Winkler, 2001; Vandiver & Dupalo, 2013; Vrij & Firmin, 2001), atribuem mais culpa (Deitz *et al.*, 1984; Thornton & Ryckman, 1983; Vrij & Firmin, 2001) e identificam-se menos com a vítima e mais com o agressor (Deitz *et al.*, 1984; Ryckman, Graham, Thornton, Gold, & Lindner, 1988; Vrij & Firmin, 2001). Além disso, expressam menos certeza em relação à culpa do agressor (Deitz *et al.*, 1984) e apresentam crenças mais sexistas do que as mulheres (Aosved & Long, 2006; Gonçalves, Orgambidez-Ramos, Giger, Santos, & Gomes, 2013). Por isso, é importante considerar o papel do género quando se estuda a percepção social da violação.

Ainda no que se refere às diferenças de género, também é importante fazer uma referência ao conceito de identificação, definido em termos da similaridade percebida em relação a um estímulo social. A identificação pode ser operacionalizada de diferentes formas, com base em fatores como o género, a etnia ou a profissão (Grubb & Harrower, 2009). A identificação com base no género é uma das disposições mais comuns por parte do observador, particularmente quando não está disponível mais informação sobre o estímulo social, observando-se nesta situação que os indivíduos têm atitudes mais favoráveis em relação aos membros do endogrupo (Tajfel *et al.*, 1971;

Tajfel & Turner, 1986). Consequentemente, no contexto da violação a similaridade percebida em função do género aumenta a identificação das mulheres com a vítima e a dos homens com o agressor (Grubb & Harrower, 2009).

Assim, a identificação com a vítima pode minimizar o impacto da estigmatização social relativa a este tipo de crime (Bell, Kuriloff, & Lottes, 1994; Grubb & Harrower, 2009). Grubb e Harrower (2009) mostraram que a identificação com a vítima se correlaciona de forma negativa com a sua culpabilização, pelo que se pode inferir que poderá ter efeitos na atribuição de responsabilidade, uma vez que a segunda é uma condição para que exista a primeira. No entanto, os poucos estudos nesta área revelam-se contraditórios, já que alguns autores (e.g., Kahn *et al.*, 1977, 2011) não registam qualquer relação entre a identificação e o grau de responsabilização da vítima.

2. Estudo empírico

2.1. Objetivos e hipóteses de investigação

Face às considerações teóricas apresentadas, este estudo parte da premissa de que o tamanho dos olhos, a categorização da mulher nos subtipos tradicional/não-tradicional e o género do observador podem influenciar a perceção social da mulher vitimizada sexualmente. Estudos diversos (e.g., Geldart *et al.*, 1999; Gonçalves *et al.*, 2012a; Paunonen *et al.*, 1999) indicam que as mulheres com olhos maiores recebem uma avaliação mais positiva. Contudo, não existe evidência empírica para a influência do tamanho dos olhos na perceção social da violação, o que requer estudos que ampliem os conhecimentos sobre o possível efeito deste atributo na perceção da violação, bem como de outros determinantes da estigmatização social da vítima, principalmente o subtipo de mulher e o género do observador. Estas variáveis podem ter um papel importante na perceção social da violação, uma vez que, ao longo de séculos, a mulher vitimizada sexualmente tem sido alvo de crenças sexistas e a transgressão dos padrões típicos do seu género atira avaliações negativas, principalmente por parte dos homens (Cohn *et al.*, 2009).

Neste sentido, este estudo tem como objetivo principal observar o efeito dos atributos da vítima (tamanho dos olhos e subtipo de mulher) e do género do observador na perceção social da violação. Um segundo objetivo passa pela análise do efeito do tamanho dos olhos e do género do observador no grau de atração exercido e na honestidade percebida. O grau de identificação com o estímulo social foi incluído no estudo de modo a verificar se a similaridade percebida em função da categoria social e da identidade sexual condiciona as respostas dos participantes ou se, por outro lado, os efeitos encontrados se relacionam com as características do próprio estímulo, independentemente do género.

Desta forma, considerando os dados encontrados e os objetivos do estudo, manipulou-se a imagem de uma mulher caucasiana (fazendo aumentar/diminuir o tamanho dos olhos – pequeno vs. controlo vs. grande) e um cenário de violação (mulher tradicional vs. não-tradicional), colocando-se as seguintes hipóteses de investigação:

Hipótese 1. O estímulo com os olhos grandes ativa um maior (a) grau de atração inicial e de (b) honestidade percebida.

Hipótese 2. Os homens consideram o estímulo feminino mais atraente do que as mulheres.

Hipótese 3. O grau de honestidade percebida é mais elevado nas mulheres do que nos homens.

Hipótese 4. O tamanho de olhos grande reduz o grau de responsabilização da vítima e aumenta o do agressor.

Hipótese 5. A vítima não-tradicional é mais responsabilizada pelo crime e ativa um menor grau de responsabilização do agressor.

Hipótese 6. As mulheres atribuem menos responsabilidade à vítima e os homens ao agressor.

Na tabela 1, pode observar-se um resumo com as principais variáveis (independentes e dependentes) utilizadas neste estudo:

Tabela 2.1. Variáveis utilizadas no estudo (por ordem de aplicação).

Variáveis independentes	Variáveis dependentes
Tamanho dos olhos	Atração inicial Honestidade
Género	Identificação (variável secundária)
Subtipo de mulher	Responsabilização da vítima Responsabilização do agressor

2.2. Metodologia

2.2.1. Desenho experimental e participantes

Este estudo apresenta um delineamento fatorial entre sujeitos (*between-subjects*) de 3 (tamanho dos olhos: pequeno vs. médio vs. grande) X 2 (subtipo de mulher: tradicional vs. não-tradicional) X 2 (género do observador: feminino vs. masculino) [tabela 2].

Tabela 2.2. Plano experimental do estudo.

		Tamanho dos olhos					
		Pequeno		Médio*		Grande	
Subtipo de mulher	Género	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
	Tradicional (T)		C1	C2	C3	C4	C5
Não-tradicional (NT)		C7	C8	C9	C10	C11	C12

Nota: * Nesta condição (controlo), o tamanho dos olhos não sofreu qualquer alteração.

Utilizou-se uma amostra de conveniência constituída por 180 participantes portugueses entre os 18 e os 57 anos ($M = 27.58$, $DP = 8.23$), 90 mulheres ($M = 26.52$, $DP = 8.64$) e 90 homens ($M = 28.63$, $DP = 7.72$). Todos os inquiridos cumpriam os critérios de inclusão no estudo: idade superior a 18 anos e nacionalidade portuguesa. Os participantes foram distribuídos aleatoriamente e em igual número pelas 12 células do delineamento experimental ($n = 15$), não se registando diferenças significativas ($p > .05$) entre as condições no que diz respeito à idade média.

A amostra é constituída maioritariamente por indivíduos solteiros (72.2%) e com o ensino secundário (56.1%). A caracterização sociodemográfica destes elementos da amostra é apresentada na tabela 3.

Tabela 2.3. Caracterização sociodemográfica da amostra.

Característica	<i>n</i>	%
Estado civil		
Solteiro	130	72.2
Casado	28	15.6
Divorciado	6	3.3
União de facto	16	8.9
Habilitações literárias		
< 9.º ano	3	1.7
9.º ano	18	10
12.º ano	101	56.1
Licenciatura	53	29.4
Mestrado	5	2.8

2.2.2. Instrumentos e materiais

2.2.2.1. Paradigma

A partir dos objetivos propostos, foi selecionada uma fotografia com o rosto de uma mulher caucasiana, recorrendo-se à manipulação digital do tamanho dos olhos (pequeno vs. normal vs. grande) [anexo 1] para avaliar o efeito deste traço facial nas variáveis dependentes. A manipulação foi realizada por um técnico especializado no *software*

GIMP, que aumentou/diminuiu o tamanho dos olhos em 20%, e a fotografia apresentada aos participantes tinha um tamanho de 13cmx9cm (a cores). Os participantes foram expostos em igual número (15 mulheres e 15 homens) a uma das três fotos e a um cenário de violação (anexo 2) criado para o efeito, através do qual se manipula o papel da vítima (tradicional e não-tradicional).

2.2.2.2. Instrumentos

Como instrumento de recolha de dados foi utilizado um questionário de autopreenchimento (anexo 3) composto por diversas escalas:

Escala Índice de Atração Inicial (IAI, Rodrigues & Garcia-Marques, 2006), constituída por 31 itens ($\alpha = .97$) tipo *Likert* de 1 (*Nada*) a 7 (*Muito*) [e.g., “*Sinto-me interessado(a)*”], que medem (1) a voluntariedade para interagir / positividade associada ao sentimento ($\alpha = .95$), (2) as reações fisiológicas na experiência de atração inicial ($\alpha = .90$) e (3) os comportamentos de *flirting* / fantasiar com o outro ($\alpha = .92$). Neste estudo, a consistência interna da escala global e das subescalas foi, respetivamente, .98, .93, .91 e .96.

Escala de Honestidade (EH, Reysen, 2008), que inclui 8 itens ($\alpha = .89$) tipo *Likert* de 1 (*Discordo totalmente*) a 7 (*Concordo totalmente*) [e.g., “*Esta pessoa tem integridade*”]. Esta escala foi traduzida (utilizando a técnica tradução-retroversão) por profissionais formados em português e inglês e as traduções foram analisadas por investigadores experientes, efetuando-se as alterações necessárias para assegurar a precisão da versão final (neste estudo, a consistência interna é de .84).

Grau de Identificação com o Estímulo (ID), uma questão que pretende avaliar em que medida os participantes se identificam com a pessoa da foto), através de um item tipo *Likert* de 1 (*Nada*) a 7 (*Muito*).

Escalas de Responsabilização da Vítima (RV) e do Agressor (RA). O grau de atribuição de responsabilidade à vítima ($\alpha = .86$) e ao agressor ($\alpha = .83$) foi operacionalizado através destas duas escalas criadas para o efeito, cada uma delas composta por 7 itens (e.g., “*O José / A Maria é responsável pela situação*”), respondidos de acordo com uma escala de 1 (*Nada*) a 7 (*Totalmente*).

O questionário também é composto por **dados sociodemográficos** (género, idade, nacionalidade, estado civil e escolaridade) e três questões de controlo criadas para o efeito (onde se pede aos inquiridos que identifiquem o objetivo do estudo e se pergunta se já foram vítimas deste tipo de crime ou conhecem casos de violação de pessoas próximas de si).

De modo a avaliar a facilidade de compreensão e a validade das escalas criadas/traduzidas e do cenário, o paradigma e instrumentos foram testados, mediante um teste preliminar com uma amostra de 24 indivíduos, que levou a alguns ajustamentos antes de se chegar à versão final.

2.2.3. Procedimento

Os participantes foram abordados em diversos locais públicos e informados de que o estudo se incluía num projeto de investigação no âmbito do comportamento humano, garantindo-se as regras éticas de anonimato, confidencialidade e liberdade de participação. A ordem de apresentação das fotografias e dos cenários foi previamente aleatorizada e o questionário foi aplicado individualmente a cada inquirido. Primeiro, foi solicitado aos participantes que observassem uma de três fotos (tamanho de olhos pequeno vs. médio vs. grande) e avaliassem o grau de atração inicial, a honestidade e a identificação com o alvo. De seguida, os inquiridos deviam ler um cenário de violação (mulher tradicional vs. mulher não-tradicional), imaginando que a pessoa da foto era a vítima descrita no texto, e avaliar o grau de responsabilização da vítima e do agressor. As etapas do paradigma experimental e a recolha são descritas na tabela 4. Durante o *debriefing*, os inquiridos foram esclarecidos sobre o objetivo específico do estudo.

Tabela 2.4. Etapas do paradigma experimental e recolha.

Etapa	Procedimentos	Desenho experimental	Medidas
1	Observação de uma das três fotos	Tamanho dos olhos X género	Atração inicial Honestidade Identificação com o estímulo
2	Leitura de um dos dois cenários	Tamanho dos olhos X género X subtipo de mulher	Responsabilização (vítima/agressor)

2.3. Resultados

Os dados obtidos foram analisados no programa informático IBM SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) – versão 20.0, com procedimentos de estatística descritiva e inferencial. Uma análise preliminar dos resultados mostra que nenhum dos participantes identificou os objetivos do estudo, também não se registando qualquer resposta afirmativa em termos de contacto (pessoal ou através de pessoas próximas) com casos de violação.

Os resultados relativos à identificação com o estímulo são apresentados na tabela 5.

Tabela 2.5. Média e desvio padrão do grau de identificação por condição ($n = 30$).

	Género	Tamanho dos olhos						Total	
		Pequeno		Médio		Grande		M	DP
		M	DP	M	DP	M	DP		
Identificação	F	2.23	0.97	2.57	1.31	3.10	1.24	2.63	1.22
	M	2.13	1.33	2.43	1.25	3.30	1.37	2.62	1.40
	Total	2.18	1.16	2.50	1.27	3.20	1.30	2.63	1.41

A comparação entre os diferentes grupos utilizando uma análise da variância entre sujeitos (ANOVA *between-subjects*) de 3 (tamanho dos olhos: pequeno vs. normal vs. grande) X 2 (género: feminino vs. masculino) permitiu encontrar um efeito significativo do tamanho dos olhos no grau de identificação com o alvo ($F_{(2, 174)} = 10.367, p < .001$). No entanto, não se observou nenhum efeito do género ($F_{(1, 174)} = .004, p > .05$) ou de interação ($F_{(2, 174)} = .323, p > .05$). O teste de Tukey confirma a existência de uma diferença significativa do tamanho de olhos grande relativamente ao normal ($p = .007$) e ao pequeno ($p < .001$). A partir dos resultados da estatística descritiva, observa-se que os inquiridos se identificam mais com a pessoa na foto quando o tamanho de olhos é grande $M_{(\text{foto grande})} = 2.00$; $M_{(\text{foto normal})} = 2.26$; $M_{(\text{foto pequena})} = 2.92$).

2.3.1. Atração inicial e honestidade percebida

Os valores médios e desvio padrão do grau de atração inicial e de honestidade, por condição, são apresentados na tabela 5. O fator com o valor médio mais elevado foi a honestidade percebida ($M = 4.42$), o que indica que, no geral, os inquiridos consideram o estímulo honesto.

Tabela 2.6. Média e desvio padrão da atração e honestidade por condição ($n = 30$).

	Género	Tamanho dos olhos						Total	
		Pequeno		Médio		Grande		M	DP
		M	DP	M	DP	M	DP		
Atração inicial	F	1.99	1.00	1.90	0.95	2.35	1.09	2.08	1.02
	M	2.02	0.87	2.62	1.31	3.50	1.43	2.71	1.36
	Total	2.00	0.93	2.26	1.19	2.93	1.39	2.40	1.24
Honestidade	F	4.07	0.72	4.37	0.65	4.52	0.73	4.32	0.74
	M	4.35	0.97	4.17	0.61	5.01	1.08	4.51	0.97
	Total	4.21	0.86	4.27	0.68	4.76	0.95	4.42	0.87

No que diz respeito ao **grau de atração inicial**, a comparação entre os diferentes grupos experimentais foi realizada através de uma análise da variância (ANOVA) entre sujeitos (*between-subjects*) de 3 (tamanho dos olhos: pequeno vs. normal vs. grande) X 2 (género: feminino vs. masculino). Os resultados mostram um efeito principal do tamanho dos olhos ($F_{(2, 174)} = 10.715, p < .001$) e do género ($F_{(1, 174)} = 14.045, p < .001$) na variável dependente. Também se observou um efeito de interação entre o tamanho dos olhos e o género do observador ($F_{(2, 174)} = 3.811, p = .024$).

A análise de comparações múltiplas através do método Tukey HSD identifica diferenças significativas do tamanho de olhos grande em relação ao normal ($p = .004$) e ao pequeno ($p > .001$), não se registando diferenças ($p > .05$) entre o tamanho pequeno e normal. Os valores médios registados indicam que o tamanho de olhos grande ativa um maior grau de atração inicial ($M = 2.93$) comparativamente ao tamanho normal e ao pequeno ($M_{(\text{foto normal})} = 2.26; M_{(\text{foto pequena})} = 2.00$).

No que se refere ao efeito do género, a estatística descritiva mostra que os homens ($M = 2.71$) consideram o estímulo social mais atraente do que as mulheres ($M = 2.08$).

Em relação ao efeito de interação entre o tamanho dos olhos e o género (figura 1), o teste t utilizando a correção de Bonferroni ($\alpha = .017$) identifica uma diferença significativa entre géneros na foto grande ($t_{(58)} = -3.498, p = .001$). Quando o estímulo social apresenta um tamanho de olhos grande, os homens consideram-no mais atraente do que as mulheres ($M_{(\text{homem})} = 3.50; M_{(\text{mulher})} = 2.35$).

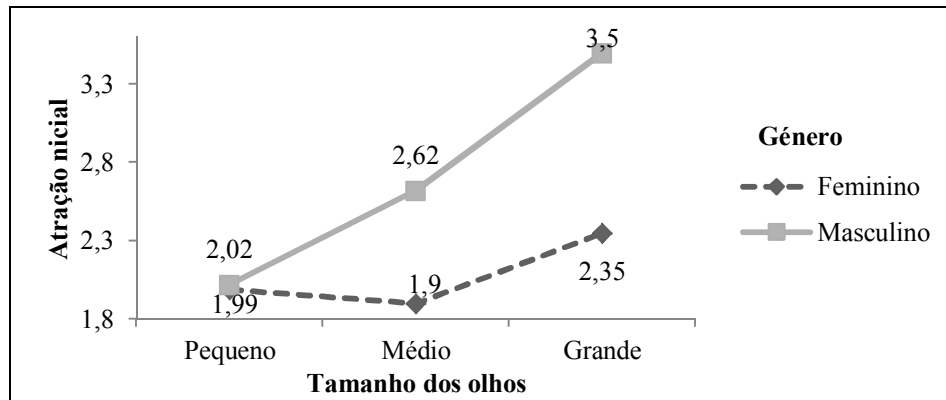


Figura 2.1. Efeito da interação tamanho dos olhos X gênero sobre o grau de atração inicial.

As subescalas de análise do Índice de Atração Inicial seguem a tendência observada na totalidade da amostra, confirmando-se o mesmo efeito do tamanho dos olhos e do gênero no grau de responsabilização da vítima, assim como o mesmo efeito de interação entre o tamanho dos olhos e o gênero ($p < .05$).

Relativamente à **honestidade percebida**, observa-se um efeito do tamanho dos olhos ($F_{(2, 174)} = 8.044, p < .001$), mas não se verifica nenhum efeito do gênero ($F_{(1, 174)} = 2.358, p > .05$) ou qualquer interação ($F_{(2, 174)} = 2.758, p > .05$). O teste de Tukey para comparações múltiplas mostra diferenças do tamanho dos olhos grande em relação ao pequeno ($p = .001$) e ao normal ($p = .004$), ou seja, o alvo com o tamanho de olhos grande é percebido como mais honesto ($M_{(\text{foto grande})} = 4.76; M_{(\text{foto normal})} = 4.27; M_{(\text{foto pequena})} = 4.21$).

2.3.2. Grau de responsabilização da vítima

A estatística descritiva referente ao grau de responsabilização da vítima, de acordo com a variável independente, encontra-se sistematizada na tabela 7.

Tabela 2.7. Média e desvio padrão da responsabilização da vítima por variável.

Variável independente		Responsabilização da vítima		
		<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Tamanho dos olhos	Pequeno	60	2.92	1.13
	Médio	60	2.73	0.99
	Grande	60	1.77	0.78
Subtipo de mulher	Tradicional	90	2.65	1.11
	Não-Tradiciona	90	2.30	1.05
Gênero	Feminino	90	2.40	1.02
	Masculino	90	2.55	1.16

A responsabilização da vítima apresenta um valor médio abaixo do ponto central da escala ($M = 2.48$), podendo inferir-se que a mulher é considerada pouco responsável pelo resultado descrito no questionário.

Os valores médios e o desvio padrão obtidos para o grau de responsabilização da vítima por condição podem consultar-se na tabela 8.

Tabela 2.8. Média e desvio padrão da responsabilização da vítima por condição ($n = 15$).

Subtipo de mulher	Tamanho dos olhos											
	Pequeno				Médio				Grande			
	F		M		F		M		F		M	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
T	2.60	0.94	3.63	1.00	2.89	1.05	3.15	0.93	1.89	0.93	1.77	0.56
NT	2.46	1.06	3.01	1.20	2.55	1.02	2.33	0.82	2.05	0.96	1.39	0.48
Total	2.53	0.99	3.32	1.13	2.72	1.03	2.74	0.96	1.97	0.93	1.58	0.95

O teste ANOVA (*between-subjects*) de 3 (tamanho dos olhos: pequeno vs. médio vs. grande) X 2 (subtipo de mulher: tradicional vs. não-tradicional) X 2 (género: feminino vs. masculino) permitiu identificar um efeito principal do tamanho dos olhos ($F_{(2, 168)} = 26.056$, $p < .001$) e do subtipo de mulher ($F_{(1, 168)} = 6.513$, $p = .012$) no grau de responsabilização da vítima. Também se regista uma interação significativa entre o tamanho dos olhos e o género ($F_{(2, 168)} = 6.122$, $p = .003$). Contudo, não se observa nenhum efeito de interação entre o subtipo de mulher e o género ($F_{(1, 168)} = 3.241$, $p > .05$), entre o tamanho dos olhos e o subtipo de mulher ($F_{(2, 168)} = .943$, $p = .05$) nem entre as três variáveis independentes [$F_{(2, 168)} = .006$, $p > .05$].

A análise das comparações múltiplas entre médias, através do método Tukey HSD apresenta diferenças significativas do tamanho de olhos grande em relação ao tamanho normal ($p < .001$) e ao pequeno ($p < .001$). A estatística descritiva mostra que o grau de responsabilização da vítima na foto grande ($M = 1.77$) é inferior ao da foto normal e ao da foto pequena ($M_{(foto normal)} = 2.73$; $M_{(foto pequena)} = 2.92$), não se verificando diferenças ($p > .05$) entre o tamanho pequeno e normal.

Relativamente ao subtipo de mulher, os valores médios apresentados para o grau de responsabilização da vítima são mais elevados quando a mulher se conforma ao papel tradicional do que quando assume um papel não-tradicional ($M_{(tradicional)} = 2.65$; $M_{(não-tradicional)} = 2.30$).

No que se refere ao efeito de interação entre o tamanho dos olhos e o género (figura 2), a análise através do teste t utilizando a correção de Bonferroni ($\alpha = .017$) permitiu encontrar diferenças significativas entre géneros na foto pequena ($t_{(58)} = -2.880$, $p = .006$). Assim, o efeito do género depende do tamanho dos olhos, ou seja, quando o tamanho de olhos é pequeno os homens responsabilizam mais a vítima do que as mulheres ($M_{(\text{homens})} = 3.32$; $M_{(\text{mulheres})} = 2.53$).

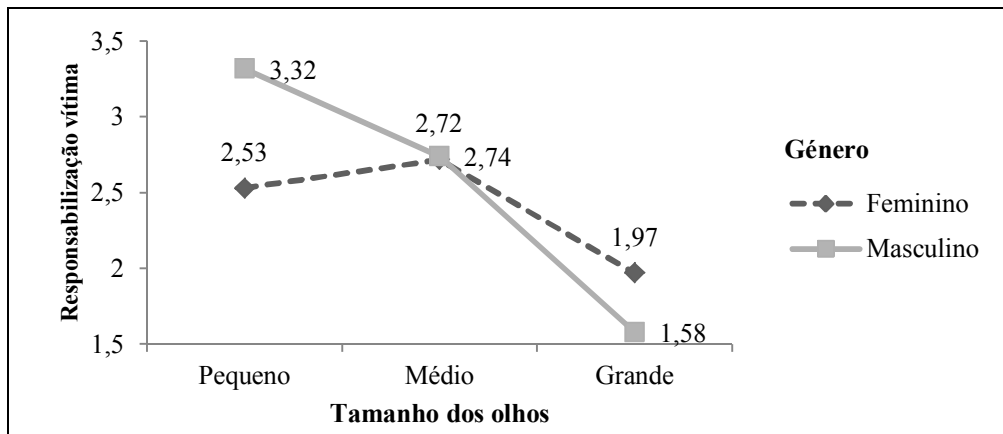


Figura 2.2. Efeito da interação tamanho dos olhos X género na responsabilização da vítima.

2.3.3. Grau da responsabilização do agressor

No que respeita ao grau de responsabilização do agressor, a estatística descritiva, de acordo com a variável independente, encontra-se sistematizada na tabela 9. A responsabilização do agressor ($M = 5.75$) obteve um valor médio elevado, o que indica que, no geral, os inquiridos o consideram responsável pela experiência descrita no questionário.

Tabela 2.9. Média e desvio padrão da responsabilização do agressor por variável.

Variável independente		Responsabilização da vítima		
		n	M	DP
Tamanho dos olhos	Pequeno	60	5.53	1.04
	Médio	60	5.72	1.00
	Grande	60	6.00	0.68
Subtipo de mulher	Tradicional	90	5.67	0.93
	Não-Tradicional	90	5.82	0.94
Género	Feminino	90	5.77	0.94
	Masculino	90	5.72	0.94

A estatística descritiva referente ao grau de responsabilização por condição encontra-se reunida na tabela 10.

Tabela 2.10. Média e desvio padrão da responsabilização do agressor por condição ($n = 15$).

Subtipo de mulher	Tamanho dos olhos											
	Pequeno				Médio				Grande			
	F		M		F		M		F		M	
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
T	5.43	1.07	5.00	1.05	5.78	0.75	5.50	0.96	6.24	0.51	6.10	0.60
NT	5.80	0.82	5.90	1.05	5.75	1.36	5.84	0.89	5.64	0.83	5.98	0.64
Total	5.61	0.96	5.45	1.13	5.77	1.08	5.67	0.93	5.94	0.74	6.04	0.61

A análise dos dados referentes ao grau de responsabilização do agressor segue os mesmos procedimentos descritos para o grau de responsabilização da vítima. Assim, recorrendo ao teste ANOVA, observa-se um efeito estatisticamente significativo do tamanho dos olhos ($F_{(2, 168)} = 3.890, p = .022$). Não se regista, no entanto, nenhum efeito do subtipo de mulher ($F_{(1, 168)} = 1.141, p > .05$) nem do género do observador ($F_{(1, 168)} = .150, p > .05$). Os resultados também mostram uma interação significativa entre o tamanho dos olhos e o subtipo de mulher ($F_{(2, 168)} = .361, p = .012$), mas não há evidências para a interação entre o tamanho dos olhos e o género ($F_{(1, 168)} = .361, p > .05$), entre o subtipo de mulher e o género ($F_{(1, 168)} = 2.896, p > .05$) ou entre as três variáveis independentes ($F_{(2, 168)} = .024, p > .05$).

No que diz respeito à influência do tamanho dos olhos da vítima no grau de responsabilização do agressor, o teste de Tukey para comparações múltiplas demonstra diferenças significativas entre o tamanho de olhos pequeno e o grande ($p = .017$). A análise da estatística descritiva confirma que, comparativamente ao tamanho de olhos pequeno, o agressor é mais responsabilizado na condição tamanho de olhos grande ($M_{(\text{foto grande})} = 5.99; M_{(\text{foto pequena})} = 5.53$).

Por fim, em relação ao efeito de interação entre o tamanho dos olhos e o subtipo de mulher (figura 3), o teste t com correção de Bonferroni ($\alpha = .017$) mostra uma diferença significativa entre os subtipos de mulher quando o tamanho de olhos é pequeno ($t_{(58)} = -2.457, p = .017$). De acordo com os valores médios, na foto pequena os inquiridos responsabilizam mais o agressor quando a mulher é não-tradicional do que quando assume um papel tradicional ($M_{(\text{mulher não-tradicional})} = 5.85; M_{(\text{mulher tradicional})} = 5.21$), o que significa que o efeito do subtipo de mulher depende do tamanho dos olhos.

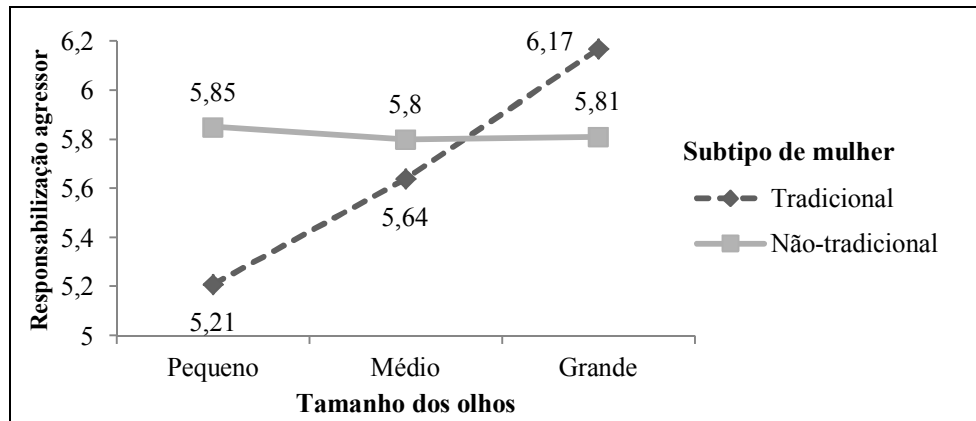


Figura 2.3. Efeito da interação tamanho dos olhos X subtipo de mulher na responsabilização do agressor.

2.3.4. Análises adicionais

Para terminar, explorou-se as relações entre as variáveis em estudo: em primeiro lugar, são analisadas as análises correlacionais entre a atração, a honestidade e a identificação (de acordo com o desenho experimental com seis condições); em segundo lugar, são apresentadas as correlações entre a responsabilização da vítima/agressor e as variáveis utilizadas no estudo, sendo apenas reportadas as correlações significativas.

No que diz respeito à relação entre a atração, a honestidade e a identificação (de acordo com as seis condições), os valores de correlação variam entre .382 e .711 (tabela 9). Note-se, em particular, a relação positiva entre todas as variáveis quando os participantes masculinos avaliam o estímulo social com olhos grandes, apresentando valores de correlação entre .409 e .711 ($p < .01$). Para além disso, o grau de atração inicial apresenta uma correlação positiva com a identificação, quando as mulheres avaliam o estímulo que apresenta um tamanho de olhos grande ($r = .645$, $p < .01$) e normal ($r = .518$, $p < .05$), assim como com a honestidade, nos casos em que os homens avaliam a mulher com olhos pequenos ($r = .434$, $p < .05$).

Tabela 2.11. Coeficientes de correlações de Pearson entre a atração, a honestidade e a identificação, de acordo com a condição.

Tamanho dos olhos	Género	Escala	1. AI	2. HP	3. ID
Pequeno	F	1.	-		
		2.	.323	-	.
		3.	.324	.382*	-
	M	1.	-		
		2.	.434*	-	
		3.	.171	.212	-
Normal	F	1.	-		
		2.	.242	-	
		3.	.518*	.406*	-
	M	1.	-		
		2.	.301	-	
		3.	.344	.302	-
Grande	F	1.	-		
		2.	.313	-	
		3.	.645**	.462*	-
	M	1.	-		
		2.	.711**	-	
		3.	.507**	.409**	-

Notas: AI = atração inicial; HP = honestidade percebida; ID = identificação. * $p < .05$; ** $p < .01$.

No que se refere às correlações entre a responsabilização da vítima/agressor e as variáveis utilizadas no estudo, observou-se que, quando as mulheres avaliam a vítima com olhos normais num cenário de mulher tradicional, **a responsabilização da vítima apresenta uma correlação negativa com a honestidade percebida** ($r = -.561$, $p = .030$). Os resultados sugerem que a vítima é menos responsabilizada quando é percebida como honesta.

Por sua vez, quando os participantes do género masculino avaliam a vítima com olhos grandes num cenário de mulher tradicional, regista-se uma **correlação negativa entre a responsabilização da vítima e a atração inicial** ($r = -.606$, $p = .017$) e as respetivas subescalas, positividade ($r = -.619$, $p = .014$), reações fisiológicas ($r = -.600$, $p = .018$) e fantasia ($r = -.572$, $p = .026$), indicando que a vítima mais atraente é menos responsabilizada. Por outro lado, quando os homens avaliam a vítima com olhos grandes no cenário não-tradicional, **a responsabilização do agressor mantém uma relação negativa com a atração inicial** ($r = -.562$, $p = .029$) e com as subescalas positividade ($r = -.645$, $p = .009$) e fantasia ($r = -.532$, $p = .041$), ou seja, o agressor é menos responsabilizado quando a vítima é mais atraente.

Por fim, no que respeita à análise da relação entre a **responsabilização da vítima e do agressor**, foram encontradas correlações negativas em quatro condições: quando as mulheres observam a vítima de olhos pequenos num cenário tradicional ($r = -.649, p = .009$); quando os homens avaliam a vítima com olhos pequenos num cenário não-tradicional ($r = -.759, p = .001$); quando as mulheres ($r = -.586, p = .022$) e os homens ($r = -.613, p = .015$) observam a vítima com olhos grandes num cenário não-tradicional.

2.4. Discussão

O presente estudo teve como objetivo principal observar o efeito dos atributos da vítima (tamanho dos olhos e subtipo de mulher) e do género do observador na percepção social da violação (responsabilização do agressor e da vítima). Paralelamente, analisou-se o efeito do tamanho dos olhos e do género do observador no índice de atração inicial e na honestidade percebida. De uma forma geral, os resultados encontrados vão de encontro ao esperado.

No que diz respeito à identificação com o estímulo, pretendia-se evidenciar a não ativação da identidade social género e do seu efeito nas respostas dos inquiridos. O grau de identificação não foi sensível ao género, o que significa que esta variável não afeta as respostas dos inquiridos em relação às restantes variáveis. Esta tendência pode relacionar-se com a saliência dos atributos faciais do estímulo em detrimento do género.

Por outro lado, verificou-se que o tamanho dos olhos tem um efeito naquela variável, na medida em que o estímulo com olhos grandes ativa um maior grau de identificação nos participantes. Se considerarmos a tendência para perceber atributos mais positivos em indivíduos com olhos grandes (Geldart *et al.*, 1999; Meerdink *et al.*, 1990), parece natural que este traço promova maiores níveis de identificação. A análise correlacional entre o grau de identificação, a atração inicial e a honestidade fornece apoio adicional a essa suposição, visto que o grau de identificação mantém uma associação positiva com a atração inicial (quando os participantes de ambos os géneros avaliam a mulher com olhos grandes e quando as mulheres avaliam o alvo com olhos normais) e com a honestidade percebida (em todas as condições que incluem as mulheres e quando os homens avaliam a mulher com olhos grandes).

2.4.1. O papel do tamanho dos olhos e do gênero na percepção da atração e honestidade do estímulo

No que respeita à *primeira hipótese* de investigação colocada, foi confirmado um efeito do tamanho dos olhos (a) no grau de atração inicial e (b) na honestidade percebida. Os resultados deste estudo apoiam a ideia de que os indivíduos com olhos maiores têm uma vantagem nas interações sociais, porque este traço facial pode funcionar como uma heurística para a inferência de atributos positivos (Keating, Randall, Kendrick, & Gutshall, 2003; Pettijohn & Tesser, 2005). Mais especificamente, os resultados corroboram o pressuposto de que as pessoas com olhos grandes são consideradas mais atraentes, pelo que aquela variável pode prever a forma como os indivíduos perspetivam a informação social, devido à sua preferência por rostos expressivos e traços faciais maiores (Geldart *et al.*, 1999). Estes dados estão de acordo com a literatura, que tem mostrado de forma consistente que as mulheres com características neoténicas como os olhos grandes são avaliadas como mais atraentes (e.g., Cunningham *et al.*, 1995; Geldart *et al.*, 1999; Gonçalves *et al.*, 2012a; Monin, 2003; Pettijohn & Tesser, 2005).

A influência daquele traço neoténico é tanto mais importante se tivermos em conta que os olhos ficam mais pequenos com a idade, evocando atribuições relacionadas com a maturidade (e.g., dominância, independência ou força). Pelo contrário, os olhos grandes constituem uma heurística para a juventude, que está associada a propriedades como a dependência, a ingenuidade ou a honestidade. Por isso, as mulheres com olhos maiores são percebidas como mais atraentes, jovens e férteis (Cunningham *et al.*, 1995; Keating & Doyle, 2002; Wade, 2010). O desenvolvimento morfológico do ser humano sugere, assim, a universalidade deste tipo de percepções (Keating *et al.*, 2003).

Em relação ao efeito dos olhos grandes na percepção da honestidade, os resultados encontrados confirmam que as mulheres com esta característica neoténica são percecionadas como mais honestas, o que é consistente com outros estudos sobre o tema (e.g., Atoum & Al-Simadi, 2000; Berry & McArthur, 1985, 1986; Keating *et al.*, 2003; McArthur & Apatow, 1984; Paunonen *et al.*, 1999; Zebrowitz & Montepare, 1992; Zebrowitz, Voinescu, & Collins, 1996). Além disso, a literatura mostra que as pessoas atraentes são consideradas mais honestas (e.g., Zebrowitz & Montepare, 1992; Shinnars, 2009). O presente estudo confirma essa tendência disposicional nos homens, uma vez

que, nas condições tamanho de olhos pequeno e grande, existe uma correlação positiva entre o grau de atração e a honestidade. No geral, a explicação destes resultados parece radicar no efeito “*O que é belo é bom*” (Dion *et al.*, 1972) e na assunção de que as pessoas com “*cara de bebê*” têm alguns traços distintivos das crianças, designadamente a ingenuidade (Zebrowitz *et al.*, 1996).

A **segunda hipótese** de investigação também foi confirmada, uma vez que o género do observador apresenta um efeito no grau de atração inicial: a atração é sensível ao género, já que os homens apresentam uma pontuação média superior nesta variável. Essa diferença terá por base padrões típicos de género decorrentes da influência de fatores biológicos e culturais (Gangestad, Hasselton, & Buss 2006; Griffin & Langlois, 2006), que conduzem a uma maior capacidade de experienciar atração pelas pessoas do género oposto (Rodrigues & Garcia-Marques, 2005).

A própria estrutura fatorial da escala sugere a existência de duas dimensões da atração (*i.e.*, ativação de reações fisiológicas e comportamentos de *flirting*) de conotação sexual, tipicamente associadas a sentimentos registados para o género oposto. O efeito de interação encontrado entre o género e o tamanho dos olhos pode dar suporte adicional a esta diferenciação, particularmente no que diz respeito à biologia evolutiva: os homens consideram a mulher com os olhos grandes mais atraente, o que sugere a sua preferência por traços associados à fertilidade e à saúde, incluindo rostos com traços neoténicos especiais (Johnston, 2000).

Por outro lado, tomando por base a preferência dos indivíduos pelos membros do endogrupo (Tajfel *et al.*, 1971; Tajfel & Turner, 1986), seria expectável que as mulheres considerassem o estímulo mais honesto. Contudo, a **terceira hipótese de investigação** não foi confirmada, na medida em que o género do observador não parece influenciar a honestidade percebida. Desta forma, o facto de este construto não ser sensível ao género pode relacionar-se com os procedimentos metodológicos adotados, devido à inexistência de interação social e de outros indícios (verbais e não-verbais) que facilitem a avaliação dos inquiridos (Kotlyar & Ariely, 2013). Este pressuposto pode ser corroborado pela pontuação média obtida para ambos os géneros, que se situa no ponto central da escala. Refira-se, no entanto, que Atoum e Al-Simadi (2000), num estudo que utiliza diferentes modalidades de apresentação do estímulo (feminino e masculino),

incluindo o formato vídeo, também não encontraram diferenças de género relativas à honestidade percebida.

2.4.2. O efeito do tamanho dos olhos na responsabilização da vítima e do agressor

Relativamente ao grau de responsabilização da vítima e do agressor, os resultados obtidos mostram um efeito significativo do tamanho dos olhos naquelas variáveis, confirmando-se a *quarta hipótese* de investigação. De acordo com a análise da variância no grau de responsabilização entre sujeitos, a manipulação do tamanho dos olhos resulta em percepções distintas dos atores envolvidos numa situação de violação, uma vez que o grau de responsabilização da vítima e do agressor é, respetivamente, menor e maior com o aumento do tamanho dos olhos. Estas alterações perceptivas são parcialmente reforçadas pela existência de correlações negativas entre a responsabilização da vítima e do agressor em diferentes condições (nomeadamente quando os participantes femininos e masculinos avaliam a vítima com olhos grandes num cenário não-tradicional), o que pode indicar que, quanto menor o grau de responsabilização da mulher, mais prevalente é a responsabilização do homem. Este resultado era esperado, uma vez que a responsabilização do agressor e da vítima são dois extremos em que, pela lógica, os valores devem ser inversamente proporcionais (quanto mais responsabilidade se atribui à vítima, menos se responsabiliza o agressor).

Como referido, a aparência física é um dos construtos que mais afeta o processo perceptivo, contendo traços que se podem tornar centrais nos julgamentos sociais (Ambady & Skowronski, 2008; Atoum & Al-Simadi, 2000; Dion *et al.*, 1972). Desta forma, assumindo o papel dos olhos como o foco de atenção do rosto, pode inferir-se a sua centralidade na percepção da violação e corroborar a ideia de que os olhos grandes ativam avaliações mais positivas do estímulo social (Argyle, 1970; Geldart *et al.*, 1999; Gonçalves *et al.*, 2012a). Com efeito, se a mulher com olhos maiores é considerada mais atraente (Cunningham *et al.*, 1995; Geldart *et al.*, 1999; Gonçalves *et al.*, 2012a; Pettijohn & Tesser, 2005), esta variável pode ter um papel preditivo no grau de responsabilização da vítima e do agressor. Os estudos sobre a percepção social da violação mostram, efetivamente, que uma vítima atraente é menos culpada do que uma vítima não atraente (e.g., Deitz *et al.*, 1984; Gerdes *et al.*, 1988; Seligman *et al.*, 1977),

provavelmente porque se considera mais inverosímil que uma mulher não atraente seja alvo deste tipo de crime (Krahè, 1991).

O presente estudo confirma parcialmente aqueles pressupostos, na medida em que a mulher com olhos grandes exerce um maior índice de atração e as análises correlacionais permitem observar uma correlação negativa entre a atração e a responsabilização da vítima, mas apenas quando os homens avaliam a mulher com olhos grandes no cenário tradicional. Esta análise não permite estabelecer relações de causa-efeito, mas é legítimo inferir que, naquela condição, os homens têm atitudes menos responsabilizadoras da vítima atraente. Além disso, a inexistência de correlações entre a responsabilização da vítima e o grau de atração noutras condições poderá ser justificada pela ausência de ambiguidade no cenário descrito no estudo (Jacobson & Popovich, 1983; Johnson *et al.*, 1989). Nesse sentido, supõe-se que o grau de atração tem pouca influência nos julgamentos disposicionais mediante uma situação explícita de violação, mas é necessário realizar outros estudos que utilizem procedimentos metodológicos e cenários diversificados, de modo a analisar o grau de variância explicado pelo grau de atração na percepção daquelas variáveis.

No que se refere ao agressor, a pesquisa prévia sobre a agressão sexual (e.g., Jacobson & Popovich, 1983) também indica que uma vítima atraente aumenta as atribuições de culpa, mas apenas em condições ambíguas (onde não é claro se houve violação ou a vítima mostrou interesse sexual no agressor). Neste estudo, foi encontrada uma correlação negativa entre a atração e a responsabilização do agressor (quando os participantes masculinos avaliaram a vítima de olhos grandes num cenário não-tradicional), sugerindo que o agressor é menos responsabilizado quando a mulher é percebida como mais atraente. Este resultado pode relacionar-se com o facto de a vítima transgredir as expectativas da tradicionalidade feminina, redundando numa interpretação menos factual da situação e na percepção da mulher como sedutora (Best & Demmin, 1982; Seligman *et al.*, 1977). Além disso, considerando que a violação resulta de uma atração sexual (Deitz *et al.*, 1984), os homens podem desculpabilizar o comportamento do agressor e a sua falta de controlo sobre os impulsos sexuais.

Ainda a respeito do efeito do tamanho dos olhos na responsabilização da vítima e do agressor, a literatura sobre a percepção social refere que as pessoas com características neoténicas são percebidas como mais confiáveis e ingénuas, despertando, por isso,

atitudes paternalistas e de proteção (e.g., Cunningham *et al.*, 1995; Keating & Doyle, 2002; Wade, 2010; Zebrowitz *et al.*, 1996). Desta forma, a ocorrência de situações que colocam uma mulher com aqueles atributos numa posição vulnerável, como a descrita no cenário utilizado, permite que os inquiridos assumam que a violação é da responsabilidade do agressor e não da vítima.

Neste sentido, a percepção da mulher como honesta também pode contribuir para reduzir a sua responsabilidade e aumentar a do agressor (Vrij & Firmin, 2001). Neste estudo, confirmámos que o tamanho de olhos grande ativa um maior grau de honestidade. No entanto, a responsabilização da vítima e a honestidade apenas se associam negativamente quando as mulheres avaliam a vítima de olhos normais num cenário tradicional, sugerindo que nesta condição a vítima é menos responsabilizada se for percebida como mais honesta. A ocorrência de uma correlação negativa entre as variáveis apenas numa das condições pode dever-se à inexistência de ambiguidade no cenário descrito, secundarizando o papel da honestidade percebida em relação a outros construtos. Deste modo, apesar de, naquela condição, se confirmar os resultados de Vrij e Firmin (2001), estes dados não nos permitem retirar conclusões sobre o possível papel preditor da honestidade da vítima noutras condições. Por esse motivo, justifica-se a realização de investigação que avalie a replicação dos resultados deste estudo usando diferentes metodologias ou cenários.

Por outro lado, de acordo com as opções metodológicas deste estudo, os inquiridos identificam-se mais com o estímulo social que apresenta um tamanho de olhos grande, mas as análises correlacionais não evidenciam qualquer relação entre a identificação e as atribuições de responsabilidade. A investigação científica sobre este tema revela, aliás, resultados contraditórios: Grubb e Harrower (2009) confirmaram que o grau de identificação com a vítima (não com o alvo) se correlaciona de forma negativa com as atribuições de culpa, mas Kahn e colegas (2011) não registaram qualquer relação entre as variáveis. O possível papel preditivo da identificação deve, por isso, ser considerado em estudos futuros que analisem o grau de identificação com a vítima após a descrição da violação e não antes, como acontece neste estudo.

2.4.3. O efeito do subtipo de mulher nas atribuições de responsabilidade

Os resultados deste estudo também mostram que, ao contrário do esperado, a vítima tradicional é mais responsabilizada pelo crime e que o subtipo de mulher não tem qualquer efeito na atribuição de responsabilidade ao agressor. Desta forma, infirma-se a **quinta hipótese de investigação**, uma vez que a mulher não-tradicional não é mais responsabilizada nem ativa um menor grau de responsabilização do agressor.

Neste estudo, utilizou-se uma descrição fictícia que incluía um subtipo de mulher que se conformava ao papel tradicional de género (dona de casa, casada e com dois filhos) e uma mulher que transgredia esse papel (com uma carreira profissional, divorciada e sem filhos). Considerando que as donas de casa corporizam a imagética da mulher que se conforma ao *status quo* patriarcal, ativando atitudes mais positivas (Glick & Fiske, 2001; Fiske *et al.*, 2002), seria expectável que os inquiridos responsabilizassem menos a vítima tradicional. Contudo, neste estudo a mulher não-tradicional foi menos responsabilizada do que a mulher tradicional.

Os resultados não são consistentes com a literatura, que tem demonstrado uma maior responsabilização da vítima quando não cumpre os papéis tradicionais de género (e.g., Abrams *et al.*, 2003; Ben-David & Schneider, 2005; Viki & Abrams, 2002). A este respeito, refira-se a importância de medir o conteúdo do estereótipo da mulher tradicional na atualidade, devido à alteração dos padrões sociais nos últimos anos (o que implica um aumento do número de mulheres divorciadas e com uma carreira). Por outro lado, este estudo deveria ter incluído um item para avaliar em que medida os participantes consideravam o comportamento da vítima transgressor.

Uma explicação possível para os resultados pode, aliás, ser atribuída ao facto de o comportamento da mulher não-tradicional não ter sido percebido como suficientemente transgressor (sendo divorciada, supõe-se que pode sair à noite). Por outro lado, a mulher tradicional acaba por infringir as normas da tradicionalidade, porque o seu estatuto de mulher casada (e com filhos) não lhe permite sair à noite a aceitar a boleia de um homem. Assim, o seu comportamento pode ter sido percebido como menos respeitável do que o da mulher divorciada, inferindo-se que o comportamento da vítima (mesmo sem estar diretamente relacionado com a agressão sexual) assume um papel mais importante na perceção da violação do que a sua inclusão em categorias. Os participantes podem ter interpretado o cenário de formas diferentes, centrando-se mais

nos aspetos comportamentais do que nas características individuais da vítima, devido à maior preocupação com a suposta transgressão das normas do que com as consequências intra-individuais (o que pode indicar que estamos perante uma cultura conservadora).

A heterovitimização secundária da mulher tradicional também pode relacionar-se com as características do observador, nomeadamente a sua crença no mundo justo (Lerner & Miller, 1978). Esta crença leva à avaliação das características ou ações dos indivíduos de acordo com os resultados, acreditando-se que cada um tem aquilo que merece (as pessoas boas são recompensadas e as más são punidas). Neste sentido, quando ocorre uma situação claramente injusta, como é o caso de uma agressão sexual, os indivíduos reconceptualizam a situação, de modo a restabelecer a crença no mundo justo e a sensação da sua própria invulnerabilidade face às ameaças. Neste contexto, para combater a dissonância cognitiva, os indivíduos com uma forte crença no mundo justo podem entender que a mulher tradicional não se comportou como esperado, merecendo, de algum modo, a ocorrência daquele infortúnio. A investigação empírica tem demonstrado que a crença no mundo justo é um preditor importante das atitudes negativas em relação às vítimas de violação (e.g., Abrams *et al.*, 2003; Sakallı-Uğurlu *et al.*, 2007; Valor-Segura, Expósito, & Moya, 2011), sendo mais forte em culturas conservadoras e com uma hierarquia mais organizada (Furnham, 1993). Em estudos futuros, seria importante medir o papel preditor desta variável, assim como a perceção da gravidade da situação, de modo a poder fazer inferências sobre o seu papel na perceção social da violação.

No que respeita à responsabilização do agressor, a pontuação média obtida é superior quando a mulher é não-tradicional, mas as diferenças não são significativas. A ausência de um efeito do subtipo de mulher não sustenta a ideia de que a não-tradicionalidade da mulher e a sua inconformidade às expectativas podem resultar na maior justificação do comportamento do agressor (Frese *et al.*, 2004; Ong & Ward, 1999). Os resultados do estudo podem explicar-se pelo maior interesse dos participantes na descrição da situação *per se* ou pela descrição inequívoca de um caso de violação, o que é corroborado pela média global de responsabilização do agressor, que é elevada para ambos os subtipos de mulher. No entanto, o facto de o estudo não incluir medidas que avaliem o grau em que os participantes acreditam estar perante uma situação de

violação ou que avaliem o seu grau de gravidade não nos permite fazer outro tipo de inferências.

Ainda a respeito da responsabilização do agressor, foi encontrado um efeito de interação entre o tamanho dos olhos e o subtipo de mulher: quando a vítima tem olhos pequenos, os inquiridos responsabilizam mais o agressor num cenário de mulher não-tradicional, o que significa que o impacto do subtipo de mulher pode depender do tamanho dos olhos. Nesse sentido, é legítimo inferir que as características da vítima e o tipo de cenário descrito têm impacto nas atribuições de responsabilidade, uma vez que a mulher não-tradicional com olhos pequenos parece assumir o papel de “*boa mulher*” (não transgrediu as normas inerentes ao seu papel), o que leva a uma maior responsabilização do agressor.

2.4.4. O papel do género do observador na percepção da vítima e do agressor

Finalmente, como assinalámos, os indivíduos tendem a beneficiar os membros do endogrupo (Tajfel *et al.*, 1971; Tajfel & Turner, 1986), razão pela qual se esperava que as mulheres atribuíssem, respetivamente, menor e maior responsabilização à vítima e ao agressor, assim como o inverso em relação aos homens. De igual modo, segundo a teoria da atribuição defensiva (Shaver, 1970), quando ocorre um evento negativo os indivíduos atribuem menos culpa àqueles com que se identificam. Isto acontece porque o grau de similaridade percebida com a vítima pode indicar a possibilidade de ocorrência de um infortúnio semelhante (evitamento do perigo), motivando os indivíduos a defenderem-se da possibilidade de responsabilização no caso de ocorrer uma vitimização futura (evitamento da culpa). Nesse sentido, considerando que as mulheres se podem perceber como mais parecidas à vítima e pelo facto de, tipicamente, serem as vítimas de violação, esperava-se que, através deste mecanismo de defesa, houvesse uma distorção autoprotetiva das mulheres.

No entanto, neste estudo o género tem pouco efeito nos julgamentos disposicionais em relação à vítima e ao agressor, infirmando-se a *sexta hipótese* de investigação. Em termos gerais, as mulheres responsabilizaram menos a vítima e os homens atribuíram menos responsabilidade ao agressor, mas estas diferenças não foram significativas. Além disso, as pontuações de ambos os géneros foram relativamente baixas em relação à vítima e elevadas em relação ao agressor, o que indica uma predisposição mais

favorável em relação à vítima de violação. Esta tendência de resposta pode basear-se num sentimento de maior proximidade com a vítima de agressão sexual ou na percepção da ausência de responsabilidade moral, uma vez que não há indícios de ter havido um comportamento voluntário e intencional que tenha provocado a violação (Schneider *et al.*, 2009). Desta forma, pode supor-se que a percepção da gravidade da situação e de um cenário explícito de violação são mais importantes do que a pertença endogrupal da vítima (o que requer a inclusão destas medidas em estudos futuros).

A respeito das diferenças de género, Humphreys (1993) mostrou, aliás, que a ambiguidade é um dos fatores que pode explicar o efeito do género na percepção social da violação, com os homens a perceber as situações ambíguas como mais consensuais do que as mulheres. Estes dados são reforçados por outras pesquisas que sugerem o impacto fundamental da ambiguidade nas atribuições de responsabilidade (e.g., Jacobson & Popovich, 1983; Johnson *et al.*, 1989). Além disso, na percepção real da violação os observadores têm mais informações para fazer julgamentos. Por isso, não se pode excluir a hipótese de os resultados se deverem à manipulação artificial dos fatores situacionais. Adicionalmente, os resultados obtidos neste estudo podem dever-se à maior consciencialização dos indivíduos de ambos os géneros em relação às causas e consequências deste tipo de crime, principalmente devido ao papel essencial dos meios de comunicação social, que, ao induzir os indivíduos a tomar a perspetiva da vítima, podem representar uma forma de reduzir a estigmatização, independentemente do género e mesmo entre aqueles que têm crenças de género mais tradicionais (Sakallı-Uğurlu *et al.*, 2007)

De qualquer forma, os estudos comparativos sobre os efeitos do género nas atribuições de responsabilidade evidenciam resultados dispersos e contraditórios, baseados em diferentes opções metodológicas. Por exemplo, um número considerável de pesquisas prévias sobre o tema (e.g., Bridges & McGrail, 1989; Cohn *et al.*, 2009; Deitz *et al.*, 1984; Feild, 1978; Gölge *et al.*, 2003; Mitchell *et al.*, 2009; Workman & Freeburg, 1999) indica que o género tem um efeito na percepção social da violação e pode mesmo ser um preditor mais forte das atitudes em relação à violação do que a idade, o grupo étnico e o estatuto económico (Anderson, Cooper, & Okamura, 1997). Contudo, o presente estudo fornece reforço considerável aos resultados de outros autores cujos estudos mostraram que o género não é relevante nas atribuições de culpa e responsabilidade (e.g., Acock & Ireland, 1983; Davies, Gilston, & Rogers, 2012; Frese

et al., 2004; Gerdes *et al.*, 1988; Krahe, 1988; Johnson *et al.*, 1989; Whatley, 2005). Refira-se, no entanto, que a maior parte dos estudos manipula fatores situacionais e aqui houve uma manipulação dos fatores individuais.

Outros autores mostram que as mulheres podem responsabilizar mais a vítima, pelo menos sob certas circunstâncias (e.g., Luginbuhl & Mullin, 1981; Nagel *et al.*, 2005). A análise das estatísticas descritivas do presente estudo mostra, inclusive que, em algumas condições, as mulheres atribuem mais responsabilidade à vítima, nomeadamente nas duas condições referentes ao tamanho de olhos grande e quando a mulher não-tradicional apresenta um tamanho de olhos normal, apesar de as diferenças não serem significativas. Por outro lado, neste estudo as mulheres atribuem menos responsabilidade ao agressor em todas as condições que envolvem a vítima não-tradicional, o que poderá relacionar-se com fatores como a transgressão do papel tradicional de género e a percepção da situação de violação como um convite sexual da mulher (Best & Demmin, 1982; Franiuk, Seefeldt, & Vandello, 2008; Seligman *et al.*, 1977).

Note-se, ainda, a existência de um efeito de interação entre o tamanho dos olhos e o género, na medida em que a vítima com os olhos pequenos é mais responsabilizada pelos homens do que pelas mulheres. No geral, apenas se observou diferenças de género relativamente ao grau de atração, o que pode justificar estes resultados, na medida em que aquela variável parece assumir maior importância para os homens do que para as mulheres. Neste caso, como o tamanho de olhos pequeno atava um menor grau de atração, os homens têm tendência a atribuir maior responsabilidade à vítima

Conclusão

O presente estudo conduziu a um conjunto de resultados relevantes que contribuem para a compreensão dos fatores que podem influenciar a percepção social da violação. De um modo geral, sustenta-se a ideia de que o tamanho dos olhos e o subtipo de mulher desempenham um papel relevante nos construtos psicológicos subjacentes à responsabilização da vítima, mas não é possível corroborar outros estudos no que diz respeito às diferentes percepções deste crime de acordo com o género do observador. Paralelamente, é possível confirmar que o tamanho dos olhos e o género influenciam o grau de atração inicial e a honestidade percebida. Neste sentido, a informação reunida através deste estudo pode representar um avanço significativo em termos da compreensão neste domínio.

As conotações negativas associadas aos crimes de violação e a propensão para responsabilizar as vítimas traduzem-se numa tolerância face ao próprio crime e reduzem a probabilidade de denúncia da agressão sexual (Grubb & Harrower, 2009). Por esse motivo, a clarificação dos construtos associados à estigmatização das vítimas é igualmente importante para o desenvolvimento de programas de intervenção que incidam sobre a comunidade em geral, sobre as instâncias interventoras e sobre as vítimas de abuso sexual. O objetivo desta intervenção deve incidir na redução da auto e heterovitimização secundária, através da desconstrução dos estereótipos que veem a mulher como agente ativa do próprio crime e da supressão das autoafirmações disfuncionais e pensamentos ruminativos por parte da vítima. Além disso, é necessário facilitar o trabalho dos profissionais envolvidos no processo, direcionando a intervenção no sentido de promover competências específicas nesta área (Branscombe, Wohl, Owen, Allison, & N'gbala, 2003; Martins, 2011).

Não deixando de reconhecer o valor heurístico das abordagens metodológicas que utilizam cenários hipotéticos de violação, estas devem funcionar como o ponto de partida para programas de investigação e não como um fim em si mesmo (Roese & Olson, 1995). Nesse sentido, é igualmente importante desenvolver metodologias com maior validade ecológica e que envolvam a interpretação de cenários reais, bem como a abordagem de atores e observadores reais. Outras possibilidades passam pelo delineamento de programas de investigação-ação e pela avaliação das crenças dos

indivíduos em contacto com as vítimas de violação, como as forças policiais, os profissionais de saúde ou os elementos do corpo jurídico.

Na sequência do exposto acima, também não se pode excluir o facto de a descrição fictícia do crime poder condicionar, por si, as atribuições de responsabilidade ou as associações com outras variáveis. Uma das limitações deste estudo é, aliás, a inexistência de um cenário ambíguo, de acordo com a proposta de Jacobson e Popovich (1983), devendo-se, em estudos futuros, manipular cenários em que a violação com agressor conhecido seja compreendida como mais ambígua e compará-la com situações que envolvam um agressor desconhecido. A investigação neste domínio também pode beneficiar com a inclusão de descrições em formato vídeo, que terão maior valor ecológico, e de medidas que avaliem a perceção da situação como um cenário de violação e o seu grau de gravidade.

A análise dos construtos associados à perceção social da violação também merece mais atenção, na medida em que os processos de atribuição de responsabilidade são complexos, incluindo crenças sexistas sobre o papel de género, mitos da violação, sentimentos de pena, empatia, conhecimento dos efeitos da violação e outras variáveis (Sinclair & Bourne, 1998). Apesar de este estudo utilizar algumas variáveis que podem relacionar-se com as disposições atribucionais, as análises correlacionais não permitem retirar conclusões de causa-efeito e o desenho experimental tem um número elevado de condições. Por isso, é necessária uma integração teórica que articule os diferentes conceitos relacionados com o tema, através da verificação de modelos teóricos que, para além das variáveis operacionalizadas neste estudo, permitam identificar outros preditores da responsabilização da vítima e do agressor, nomeadamente o sexismo ambivalente (Glick & Fiske, 1996), a empatia pela vítima e pelo perpetrador de violação (Smith & Frieze, 2003), a autoestima coletiva (Luhtanen & Crocker, 1992), os mitos de violação (Burt, 1980), a crença no mundo justo (Lerner & Miller, 1978) e a sociabilidade percebida (Capezza & Arriaga, 2008; Fiske *et al.*, 2002).

Outra dimensão passível de investigação refere-se à relação entre a perceção social da violação e a expressão de emoções por parte da vítima (Damásio, 1995), uma área onde, tanto quanto se conseguiu apurar, ainda não há estudos. Além disso, também se justifica a realização de pesquisas que incidam na relação entre a violação e a produção de pensamentos contrafactuais, que constituem representações mentais ou cenários

hipotéticos que expressam alternativas à realidade (Roese & Olson, 1996). Este tipo de estudos é importante porque a evidência empírica sugere uma tendência para a geração de contrafactuais centrados no comportamento da vítima, o que pode concorrer para a sua heterovitimização secundária (e.g., Catellani, Alberici, & Milesi, 2004; Martins, 2011; Turley, Sanna, & Reiter, 1995).

Em síntese, este estudo mostra que o tamanho dos olhos tem um efeito na percepção social da violação, observando-se que a vítima com olhos grandes é menos responsabilizada e ativa um maior grau de responsabilização do agressor. O subtipo de mulher também apresenta um efeito na avaliação da vítima, uma vez que a mulher não-tradicional é menos responsabilizada do que a tradicional, mas o género do observador não parece ter influência nas atribuições de responsabilidade, o que significa que os indivíduos não se identificam com o estímulo em termos de categoria social nem em termos de avaliação sexual. De modo a complementar as informações reunidas neste trabalho, sugere-se a condução de investigações que meçam o conteúdo do estereótipo da mulher tradicional atualmente. Além disso, a influência dos valores culturais nos resultados obtidos não é clara, pelo que se deve realizar estudos transculturais que analisem o impacto desta variável na percepção social da violação. Finalmente, recomenda-se a condução de estudos similares com base na percepção de um homem vitimizado sexualmente, para permitir a comparação com os resultados obtidos para a vítima do género feminino.

Referências bibliográficas

- Abrams, D., Viki, G. T., Masser B., & Bohner, G. (2003). Perceptions of stranger and acquaintance rape: The role of benevolent and hostile sexism in victim blame and rape proclivity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84(1), 111-125.
- Acock, A. C., & Ireland, N. K. (1983). Attribution of blame in rape cases: The impact of norm violation, gender, and sex-role attitude. *Sex Roles*, 9(2), 179-193.
- Ambady, N. & Skowronski, J.J. (Eds.) (2008). *First impressions*. New York: Guilford Press.
- Anderson, I., & Swainson, V. (2001). Perceived motivation for rape: Gender differences in beliefs about female and male rape. *Current Research in Social Psychology*, 6, 107-123.
- Anderson, K., Cooper, H., & Okamura, L. (1997). Individual differences and attitudes toward rape: A meta-analytic review. *Personality and Social Psychological Bulletin*, 23, 295–315.
- Anderson, L. A., & Whiston, S. C. (2005). Sexual assault education programs: A meta-analytic examination of their effectiveness. *Psychology of Women Quarterly*, 29, 374-388.
- Angelone, D. J., Mitchell, D., & Lucente, L. (2012). Predicting perceptions of date rape: An examination of perpetrator motivation, relationship length, and gender role beliefs. *Journal of Interpersonal Violence*, 20(20), 1-21.
- Aosved, A. C., & Long, P. J. (2006). Co-occurrence of rape myth acceptance, sexism, racism, homophobia, ageism, classism, and religious intolerance. *Sex Roles*, 55, 481-492.
- Argyle, M. (1970). Eye-contact and distance: a reply to Stephenson and Rutter. *British Journal of Psychology*, 61, 395-396.
- Asch, S. (1946). Forming impressions of personality. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 41, 258-290.
- Atoum, A. O., & Al-Simadi, F. A. (2000). The effect of presentation modality on judgments of honesty and attractiveness. *Social Behavior and Personality*, 28(3), 269-278.
- Bell, S. T., Kuriloff, P. J., & Lottes, I. (1994). Understanding attributions of blame in stranger rape and date rape situations: An examination of gender, race, identification, and students' social perceptions of rape victims. *Journal of Applied Social Psychology*, 14, 1719-1734.
- Ben-David, S., & Schneider, O. (2005). Rape perceptions, gender role attitudes, and victim-perpetrator acquaintance. *Sex Roles*, 55, 385-402.
- Berry, D. S., & McArthur, L. Z. (1985). Some components and consequences of a baby-face. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 312-323.

- Best, J. B., & Demmin, H. S. (1982). Victim's provocativeness and victim's attractiveness as determinants of blame in rape. *Psychological Reports, 51*, 255-258.
- Branscombe, N. R., Wohl, M. J. a., Owen, S., Allison, J. a., & N'gbala, A. (2003). Counterfactual thinking, blame assignment, and well-being in rape victims. *Basic and Applied Social Psychology, 25*(4), 265-273.
- Bridges, J. S., & McGrail, C. A. (1989). Attributions of responsibility for date and stranger rape. *Sex Roles, 21*(3-4), 273-286.
- Brown, L. M., Bradley, M. M., & Ung, P. J. (2006). Affective reactions to pictures of ingroup and outgroup members. *Biological Psychology, 71*, 303-311.
- Burt, M. R. (1980). Cultural myths and supports for rape. *Journal of Personality and Social Psychology, 38*(2), 217-230.
- Cameron, C., & Stritzke, W. (2003). Alcohol and acquaintance rape in Australia: Testing the presupposition model of attributions of responsibility and blame. *Journal of Applied Social Psychology, 33*(5), 983-1008.
- Capezza, N. M., & Arriaga, X. B. (2008). Why do people blame victims of abuse? The role of stereotypes of women on perceptions of blame. *Sex Roles, 59*, 839-850.
- Catellani, P., Alberici, A. I, & Milesi, P. (2004). Counterfactual thinking and stereotypes: The nonconformity effect. *European Journal of Social Psychology, 34*, 421-436.
- Coates, L., & Wade, A. (2004). Telling it like it isn't: Obscuring perpetrator responsibility for violent crime. *Discourse & Society, 15*, 499-526.
- Cohn, E. S., Dupuis, E. C., & Brown, T. M. (2009). In the eye of the beholder: Do behavior and character affect victim and perpetrator responsibility for acquaintance rape? *Journal of Applied Social Psychology, 39*(7), 1513-1535.
- Cunningham, M. R., Roberts, A. R., Barbee, A. P., Druen, P. B., & Wu, C. (1995). "Their ideas of beauty are, on the whole, the same as ours": Consistency and variability in the cross-cultural perception of female physical attractiveness. *Journal of Personality and Social Psychology, 68*, 261-279.
- Damásio, A. R. (1995). *O Erro de Descartes. Emoção, Razão e Cérebro Humano*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Davies, M., Gilston, J., & Rogers, P. (2012). Examining the relationship between male rape myth acceptance, female rape myth acceptance, victim blame, homophobia, gender roles, and ambivalent sexism. *Journal of Interpersonal Violence, 20*(10), 1-17.
- Deitz, S. R., Littman, M., & Bentley, B. J. (1984). Attribution of responsibility for rape: The influence of observer empathy, victim resistance, and victim attractiveness. *Sex Roles, 10*, 261-280.
- DeJong, W. (1999). Rape and physical attractiveness: Judgments concerning likelihood of victimization. *Psychological Reports, 85*, 32-34.

- DeWall, C. N., Altermatt, T. W., & Thompson, H. (2005). Understanding the structure of stereotypes of women: Virtue and agency as dimensions distinguishing female subgroups. *Psychology of Women Quarterly, 29*, 396-405.
- Dion, K., Berscheid, E., & Walster, E. (1972). What is beautiful is good. *Journal of Personality and Social Psychology, 24*(3), 285-290.
- Eckes, T. (2002). Paternalistic and envious gender stereotypes: testing predictions from the stereotype content model. *Sex Roles, 47*, 99-114.
- Erian, M., Lin, C., Patel, N., Neal, A., & Geiselman, R. E. (1998). Juror verdicts as a function of victim and defendant attractiveness in sexual assault cases. *American Journal of Forensic Psychology, 16*, 25-40.
- Feild, H. S. (1978). Attitudes toward rape: A comparative analysis of police, rapists, crisis counselors and citizens. *Journal of Personality and Social Psychology, 36*, 156-179.
- Feild, H. S. (1979). Rape trials and jurors' decisions: A psycholegal analysis of the effects of victim, defendant, and case characteristics. *Law and Human Behavior, 3*, 261-284.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J. C., Glick, P., & Xu, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: Competence and warmth respectively follow from perceived status and competition. *Journal of Personality and Social Psychology, 82*(6), 151-158.
- Fiske, S., Xu, J., Cuddy, A., & Glick, P. (1999). (Dis)respecting versus (dis)liking: Status and interdependence predict ambivalent stereotypes of competence and warmth. *Journal of Social Issues, 55*, 473-491.
- Franiuk, F., Seefeldt, J. L., & Vandello, J.A. (2008). Prevalence of rape myths in headlines and their effects on attitudes toward rape. *Sex Roles, 58*, 790-801.
- Frese, B., Moya, M., & Megías, J. L. (2004). Social perception of rape: How rape myth acceptance modulates the influence of situational factors. *Journal of Interpersonal Violence, 19*(2), 143-61.
- Furnham, A. (1993). Just world beliefs in twelve societies. *Journal of Social Psychology, 133*, 317-329.
- Gangestad, S. W., Haselton, M. G., & Buss, D. M. (2006). Evolutionary foundations of cultural variation: Evoked culture and mate preferences. *Psychological Inquiry, 17*(2), 75-95.
- Geldart, S., Maurer, D., & Carney, K. (1999). Effects of eye size on adults' aesthetic ratings of faces and 5-month-olds' looking times. *Perception, 28*, 361-374.
- Gerdes, E. P., Dammann, E. J., & Heilig, K. E. (1988). Perceptions of rape victims and assailants: Effects of physical attractiveness, acquaintance, and subject gender. *Sex Roles, 19*(3-4), 141-153.
- Girad, A., & Senn, C.Y. (2008). The role of the new 'date rape drugs' in attributions about date rape. *Journal of Interpersonal Violence, 23*, 3-2

- Glick, P., & Fiske, S. T. (2001). Ambivalent Sexism. *Advances in Experimental Social Psychology*, 33, 115-188.
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70(3), 491-512.
- Gölge, Z. B., Yavuz, M. F., Müderrisoglu, S., & Yavuz, M. S. (2003). Turkish university students' attitudes toward rape. *Sex Roles*, 49(11-12), 653-661.
- Gonçalves, G., Martins, A. T., Parreira, T., Ferrão, M. C., Santos, J., Giger, J-C., & Gomes, A. (2012a). The eye size has an influence in the way we judge others. *Proceedings of the 14th European Conference on Facial Expression, July 16-18 [in press]*.
- Gonçalves, G., Martins, A. T., Ferrão, M. C., Parreira, T., Gomes, A., & Ramos, A-O. (2012b). People judge a book through its cover and humans by their eyes. *International Journal of Advances in Social Psychology*, 1, 40-45.
- Gonçalves, G., Orgambídez-Ramos, A., Giger, J-C., Santos, J., & Gomes, A. (2013). Evidencias de validez de la adaptación portuguesa de la escala de sexismo ambivalente. *Revista de Psicología Social [in press]*.
- Griffin, A. M. & Langlois, J. H. (2006). Stereotype directionality and attractiveness stereotyping: Is beauty good or is ugly bad? *Social Cognition*, 24(2), 212-246.
- Grubb, A. R., & Harrower, J. (2009). Understanding attribution of blame in cases of rape: An analysis of participant gender, type of rape and perceived similarity to the victim. *Journal of Sexual Aggression*, 15(1), 63-81.
- Grubb, A. R., & Turner, E. (2012). Attribution of blame in rape cases: A review of the impact of rape myth acceptance, gender role conformity and substance use on victim blaming. *Aggression and Violent Behavior*, 17, 443-452.
- Haddock, G., & Zanna, M. P. (1994). Preferring “housewives” to “feminists”: categorization and the favorability of attitudes toward women. *Psychology of Women Quarterly*, 18, 25–52.
- Harrison, L. A., Howerton, D. M., Secarea, M., & Nguyen, C. Q. (2008). Effects of ingroup bias and gender role violation on acquaintance rape attributions. *Sex Roles*, 59, 713-725.
- Heilman, M. E., Wallen, A. S., Fuchs, D., & Tamkins, M. M. (2004). Penalties for success: reactions to women who succeed at male gender-typed tasks. *Journal of Applied Psychology*, 89, 416–427.
- Humphreys, T. P. (1993). *Gender Differences in the Perception of Rape: The Role of Ambiguity* [Thesis submitted to the Department of Psychology of the Wilfrid Laurier University in partial fulfillment of the requirements for the Master of Arts Degree]. Ontario: Wilfrid Laurier University.
- Jacobson, M. B., & Popovich, P. M. (1983). Victim attractiveness and perceptions of responsibility in an ambiguous rape case. *Psychology of Women Quarterly*, 8, 100-104.

- Jones, C., & Aronson, E. (1973). Attribution of fault to a rape victim as a function of respectability of the victim. *Journal of Personality and Social Psychology*, 26, 415-419.
- Johnson, J. D., Jackson, L. A. & Smith, G. J. (1989). The role of ambiguity and gender in mediating the effects of salient conditions. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 15, 52-60.
- Johnston, V. S. (2000). Female facial beauty: The fertility hypothesis. *Pragmatics & Cognition*, 8(1), 107-122.
- Kahn, A., Gilbert, L. A., Latta, R. M., Deutsch, C., Hagen, R., Hill, M., McGaughey, T., et al. (1977). Attribution of fault to a rape victim as a function of respectability of the victim: A failure to replicate or extend. *Representative Research in Social Psychology*, 8, 98-107.
- Kahn, A. S., Rodgers, K. A., Martin, C., Malick, K., Claytor, J., Gandolfo, M., Seay, R., et al. (2011). Gender versus gender role in attributions of blame for a sexual assault. *Journal of Applied Social Psychology*, 41(2), 239-251.
- Keating, C. F., & Doyle, J. (2002). The faces of desirable mates and dates contain mixed social status cues. *Journal of Experimental Social Psychology*, 38, 414-424.
- Keating, C. F., Randall, D. W., Kendrick, T., & Gutshall, K. A. (2003). Do babyfaced adults receive more help? The (cross-cultural) case of the lost resume. *Journal of Nonverbal Behavior*, 27(2), 89-109.
- Kleisner, K., Priplatova, L., Frost, P., & Flegr, J. (2013). Trustworthy-looking face meets brown eyes. *PLoS ONE*, 8(1): e53285.
- Kolivas, E., & Gross, A. (2007). Assessing sexual aggression: Addressing the gap between rape victimization and perpetration prevalence rates. *Aggression and Violent Behavior* 1(3), 315-328.
- Kotlyar, I., & Ariely, D. (2013). The effect of nonverbal cues on relationship formation. *Computers in Human Behavior* 29(3), 544-551.
- Kościński, K. (2007). Facial attractiveness: General patterns of facial preferences. *Anthropological Review*, 70, 45-79.
- Krahè, B. (1991). Social psychological issues in the study of rape. *European Review of Social Psychology*, 2, 279-309.
- Krahè, B. (1988). Victim and observer characteristics as determinants of responsibility attributions to victims of rape. *Journal of Applied Social Psychology*, 18, 50-58.
- Langlois, J. H., Kalakanis, L., Rubenstein, A. J., Larson, A., Hallam, M., & Smoot, M. (2000). Maxims or myths of beauty? A meta-analytic and theoretical review. *Psychological Bulletin*, 126, 390-423.
- Langlois, J. H., Ritter, J. M., Roggman, L. A., & Vaughn, L. S. (1991). Facial diversity and infant preferences for attractive faces. *Developmental Psychology*, 27, 79-84.

- Larsen, K. S., & Krumov, K. (2013). The relationship between men and women: Culture, sex and gender. In K. S. Larsen, G. Vazov, K. Krumov, and J. F. Schneider (Eds.). *Advances in International Psychology: Research Approaches and Personal Dispositions, Socialization Processes and Organizational Behavior*. Kassel University Press GmbH, 267-302.
- Lee, J., Kim, J., & Lim, H. (2010). Rape myth acceptance among Korean college students: The roles of gender, attitudes toward women, and sexual double standard. *Journal of Interpersonal Violence, 25*(7), 1200-1223.
- Lerner, M. J., & Miller, D. T. (1978). Just world research and the attribution process: Looking back and ahead. *Psychological Bulletin, 85*, 1030-1051.
- Luginbuhl, J., & Mullin, C. (1981). Rape and responsibility: How and how much is the victim blamed? *Sex Roles, 7*, 547-559.
- Luhtanen, R., & Crocker, J. (1992). A collective self-esteem scale: Self-evaluation of one's social identity. *Personality & Social Psychology Bulletin, 18*, 302-318.
- Mandela, I. N. (2011). Rape attribution for African-American students. *Undegraduate Research Awards*, Paper 10.
- Martins, A. C. (2011). *No Pior dos Mundos Possíveis: O Pensamento Contrafactual e a Percepção do Crime de Violação Contra as Mulheres* [Tese de Doutorado apresentada no ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida]. Lisboa: ISPA.
- McArthur, L. Z., & Apatow, K. (1984). Impressions of babyfaced adults. *Social Cognition, 4*, 315-342.
- Meerdink, J. E., Garbin, C. P., & Leger, D. W. (1990). Cross-gender perceptions of facial attributes and their relation to attractiveness: Do we see them differently than they see us? *Perception and Psychophysics, 48*, 227-233.
- Mitchell, D., Angelone, D. J., Kohlberger, B., & Hirschman, R. (2009). Effects of offender motivation, victim gender, and participant gender on perceptions of rape victims and offenders. *Journal of Interpersonal Violence, 24*(9), 1564-1578.
- Monin, B. (2003). The warm glow heuristic: When liking leads to familiarity. *Journal of Personality and Social Psychology, 85*, 1035-1048.
- Morry, M. M., & Winkler, E. (2001). Student acceptance and expectation of sexual assault. *Canadian Journal of Behavioural Science, 33*, 188 -192.
- Nagel, B., Matsuo, H., McIntyre, K. P., & Morrison, N. (2005). Attitudes toward victims of rape: Effects of gender, race, religion, and social class. *Journal of Interpersonal Violence, 20*(6), 725-737.
- Newcombe, P. a., van den Eynde, J., Hafner, D., & Jolly, L. (2008). Attributions of responsibility for rape: Differences across familiarity of situation, gender, and acceptance of rape myths. *Journal of Applied Social Psychology, 38*(7), 1736-1754.

- Noseworthy, C. M., & Lott, A. J. (1984). The cognitive organization of gender-stereotypic categories. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 10, 474-481.
- Ong, A. S. J., & Ward, C. A. (1999). The effects of sex and power schemas, attitudes toward women, and victim resistance on rape attributions?. *Journal of Applied Social Psychology*, 29(2), 362-376.
- Paulsen, K. (1979). Attribution of fault to a rape victim as a function of locus of control. *Journal of Social Psychology*, 107, 131-132.
- Paunonen, S. V., Ewan, K., Erathy, J., Lefave, S., & Goldberg, H. (1999). Facial features as personality cues. *Journal of Personality*, 67(3), 555-583.
- Pedersen, S. H., & Strömwall, L. A. (2013). Victim blame, sexism and just-world beliefs: A cross-cultural comparison. *Psychiatry, Psychology and Law*, 1-10.
- Pettijohn, T. F. II, & Tesser, A. (2005). Threat and social choice: When eye size matters. *The Journal of Social Psychology*, 145(5), 547-570.
- Pollard, P. (1992). Judgments about victims and attackers in depicted rapes: A review. *British Journal of Social Psychology*, 31, 307-326.
- Rebeiz, M. J., & Harb, C. (2010). Perceptions of rape and attitudes toward women in a sample of Lebanese students. *Journal of Interpersonal Violence* 25(4), 735-752.
- Reysen, S. (2008). Construction and validation of measures of perceived honesty and perceived expertise. *Poster presented at the 54th Annual Meeting of the Southwestern Psychological Association*. Kansas City, MO.
- Ridgeway, C. L. (1992). *Gender, Interaction and Inequality*. New York: Springer-Verlag.
- Rodrigues, D. & Garcia-Marques, T. (2006). Como medir a atracção sentida num primeiro encontro? Propriedades métricas do Índice de Atracção Inicial (IAI). *VI Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*, Évora.
- Rodrigues, D. & Garcia-Marques, T. (2005). Marquemos o encontro ao cimo da escada: O papel da activação fisiológica na atracção interpessoal. *Análise Psicológica*, 23(4), 427 - 436.
- Roese, N. J., & Olson, J. M. (1996). Counterfactuals, causal attributions, and the hindsight bias: A conceptual integration. *Journal of Experimental Social Psychology*, 32, 197-227.
- Rubenstein, A. J., Kalakanis, L., & Langlois, J. H. (1999). Infant preferences for attractive faces: A cognitive explanation. *Developmental Psychology*, 35(3), 848-855.
- Ryckman, R. M., Graham, S. S., Thornton, B., Gold, J. A., & Lindner, M. A. (1998). Physical size stereotyping as a mediator of attributions of responsibility in an alleged date-rape situation. *Journal of Applied Social Psychology*, 28, 1876-1888.

- Sakallı-Uğurlu, N., Yalçın, Z. S., & Glick, P. (2007). Ambivalent sexism, belief in a just world, and empathy as predictors of Turkish students' attitudes toward rape victims. *Sex Roles, 57*, 889-895.
- Schneider, L. J., Mori, P. L. L., & Wong, A. O. (2009). The role of gender and ethnicity in perceptions of rape and its aftereffects. *Sex Roles, 60*, 410-421.
- Seligman, C., Brickman, J., & Koulack, D. (1977). Rape and physical attractiveness: Assigning responsibility to victims. *Journal of Personality, 45*, 554-563.
- Shaver, K. G. (1970). Defensive attribution: Effects of severity and relevance on the responsibility assigned for an accident. *Journal of Personality and Social Psychology, 14*, 101-113.
- Shinners, E. (2009). Effects of the "what is beautiful is good" stereotype on perceived trustworthiness. *Journal of Undergraduate Research, 12*, 1-5.
- Sibley, C. G., & Wilson, M. S. (2006). Differentiating hostile and benevolent sexist attitudes toward positive and negative sexual female subtypes. *Sex Roles, 51*, 687-696.
- Sinclair, H.C., & Bourne, Jr., L.E. (1998). Cycle of blame or just world: Effects of legal verdicts on gender patterns in rape-myth acceptance and victim empathy. *Psychology of Women Quarterly, 22*, 575-588.
- Six, B., & Eckes, T. (1991). A closer look at the complex structure of gender stereotypes. *Sex Roles, 24*, 57-71.
- Smith, C. A., & Frieze, I. H. (2003). Examining rape empathy from the perspective of the victim and the assailant. *Journal of Applied Social Psychology, 33*(3), 476-498.
- Strömwall, L. A., Alfredsson, H., & Landström, S. (2013): Rape victim and perpetrator blame and the Just World hypothesis: The influence of victim gender and age, *Journal of Sexual Aggression: An international, interdisciplinary forum for research, theory and practice, 19*(2), 207-217.
- Tajfel, H., Billig, M. G., Bundy, R. P., & Flament, C. (1971). Social categorization and inter-group behavior. *European Journal of Social Psychology, 1*, 149-178.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel & W. G. Austin (eds.), *Psychology of Intergroup Relations* (2nd ed., pp. 7-24). Chicago: Nelson-Hall.
- Tarsi, M. M., & Jalbert, N. L. (1999). Observers' evaluations of couples involved in date rape. *Psi Chi Journal of Undergraduate Research, 4*(3), 119-124.
- Thornton, B., & Ryckman, R. M. (1983). The influence of a rape victim's physical attractiveness on observers' attributions of responsibility. *Human Relations, 36*, 549-562.
- Turley, K. J., Sanna, L. J., & Reiter, R. L. (1995). Counterfactual thinking and perceptions of rape. *Basic and Applied Social Psychology, 17*(3), 285-303.

- Valor-Segura, I., Expósito, F., & Moya, M. (2011). Victim blaming and exoneration of the perpetrator in domestic violence: The role of beliefs in a just world and ambivalent sexism. *The Spanish Journal of Psychology*, *14*(1), 195-206.
- Vandiver, D. M., & Dupalo, J. R. (2013). Factors that affect college students' perceptions of rape: What is the role of gender and other situational factors. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, *57*(5), 592-612.
- Viki, G. T., & Abrams, D. (2002). But she was unfaithful: Benevolent sexism and reactions to rape victims who violate traditional gender role expectations. *Sex Roles*, *47*, 289-293.
- Viki, G. T., Abrams, D., & Masser, B. (2004). Evaluating stranger and acquaintance rape: The role of benevolent sexism in perpetrator blame and recommended sentence length. *Law and Human Behavior*, *28*(3), 295-303.
- Vonk, R., & Ashmore, R. D. (2003). Thinking about gender types: cognitive organization of female and male types. *British Journal of Social Psychology*, *42*, 257-280.
- Vrij, A., & Firmin, H. (2001). Beautiful thus innocent? The impact of defendants' and victims' physical attractiveness and participants' rape beliefs on impression formation in alleged rape cases. *International Review of Victimology*, *8*, 245-255.
- Wade, T. J. (2010). The Relationships between symmetry and attractiveness and mating relevant decisions and behavior: A review. *Symmetry*, *2*, 1081-1098.
- Weir, J. A., & Wrightsman, L. S. (1990). The determinants of mock jurors' verdicts in a rape case. *Journal of Applied Social Psychology*, *20*, 901-919.
- Whatley, M. A. (2005). The effect of participant sex, victim dress, and traditional attitudes on causal judgments for marital rape victims. *Journal of Family Violence*, *20*, 191-200.
- Workman, J. E., & Freeburg, E. W. (1999). An examination of date rape, victim dress, and perceiver variables within the context of attribution theory. *Sex Roles*, *41*(3-4), 261-277.
- Yamawaki, N., & Tschanz, B. T. (2005). Rape perception differences between Japanese and American college students: On the mediating influence of gender role traditionality. *Sex Roles*, *52*(5/6), 379-392.
- Zebrowitz, L.A., & Montepare, J.M., 1992. Impressions of babyfaced individuals across the life span. *Developmental Psychology*, *28*, 1143-1152.
- Zebrowitz, L. A., Voinescu, L., & Collins, M. A. (1996). "Wide-eyed" and "crooked-faced": Determinants of perceived and real honesty across the life span. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *22*(12), 1258-1269.

Anexos

Anexo 1:

Manipulação experimental do tamanho dos olhos (pequeno vs. controlo vs. grande)



Anexo 2:

Cenário de violação com mulher tradicional vs. não-tradicional

Leia atentamente o texto abaixo, extraído do jornal *Diário de Portimão*, que se refere à descrição de uma situação de violação que ocorreu com a pessoa da foto. Depois, continue a preencher o questionário, respondendo às questões relativas a esta história.

"A Maria tem 32 anos, é dona de casa, casada há 5 anos e com 2 filhos (mulher tradicional) / diretora de recursos humanos, divorciada e sem filhos (mulher não-tradicional). Numa noite, foi a um jantar da sua escola de canto. Uma amiga, a Rita, deu-lhe boleia até ao restaurante, onde todos se divertiram muito. Por volta da meia-noite, a Maria quis ir-se embora, mas a Rita quis ficar mais um pouco. O José, que sempre tinha sido simpático com ela e com quem fazia alguns duetos, ofereceu-se para a levar a casa. No caminho, estavam a dizer piadas e a rir, quando o José disse que lhe queria mostrar um sítio bonito. Ela disse que preferia ir para casa, mas ele insistiu e ela não disse mais nada. O José saiu da estrada principal e parou o carro numa estrada deserta, perto de um rio com uma ponte. Quando parou o carro, olhou para a Maria e disse-lhe que gostava dela. Ela ficou calada e ele tentou beijá-la. Ela recusou, disse que era casada (mulher tradicional) / tinha uma relação (mulher não-tradicional) e que queria ir imediatamente para casa. Ele beijou-lhe o pescoço e ela continuou a recusar. Entretanto, ele começou a tocar-lhe nas coxas e entre as pernas. Ela gritava que não queria e tentava empurrá-lo, mas ele continuou a tocar-lhe e a beijá-la. Ela continuava a gritar e a implorar que parasse, mas ele puxou-lhe a saia para cima, tirou-lhe a roupa interior e penetrou-a."

In Diário de Portimão, janeiro de 2012

NOTA: os nomes dos intervenientes foram alterados para preservar a sua identidade.

Anexo 3:

Questionário de autopreenchimento

Este questionário tem por objetivo a recolha de informação para a realização de um projeto de investigação no âmbito da Psicologia Social. Não há respostas certas ou erradas, apenas nos interessa a sua opinião. O preenchimento do questionário tem a duração máxima de 20 minutos. Salientamos que a sua colaboração é voluntária e que pode interrompê-la, caso assim o entenda. Os dados obtidos neste questionário são anónimos e confidenciais, pelo que não terá que se identificar. Obrigada pela sua colaboração.

DEPOIS DE OBSERVAR A PESSOA DA FOTO, RESPONDA ÀS QUESTÕES APRESENTADAS A SEGUIR.

A. Indique em que medida a pessoa da foto o/a faz sentir/pensar da forma descrita em cada um dos itens, registando a sua resposta numa escala crescente de 1 (*Nada*) a 7 (*Muito*).

		Nada					Muito
AI1	Sinto vontade de chamar a atenção.	1	2	3	4	5	6 7
AI2	Sinto-me atrevido(a).	1	2	3	4	5	6 7
AI3	Sinto algo intenso.	1	2	3	4	5	6 7
AI4	Sinto vontade de contacto/interação.	1	2	3	4	5	6 7
AI5	Sinto reciprocidade de sentimentos.	1	2	3	4	5	6 7
AI6	Sinto vontade de agradecer.	1	2	3	4	5	6 7
AI7	Sinto borboletas no estômago.	1	2	3	4	5	6 7
AI8	Sinto-me interessado(a).	1	2	3	4	5	6 7
AI9	Sinto o coração acelerado.	1	2	3	4	5	6 7
AI10	Sinto carinho.	1	2	3	4	5	6 7
AI11	Sinto vontade de trocar sorrisos.	1	2	3	4	5	6 7
AI12	Sinto vontade de estar.	1	2	3	4	5	6 7
AI13	Sinto um <i>click</i> interno	1	2	3	4	5	6 7
AI14	Sinto vivacidade em mim.	1	2	3	4	5	6 7
AI15	Sinto vontade de senti-la.	1	2	3	4	5	6 7
AI16	Sinto vontade de rir com ela.	1	2	3	4	5	6 7
AI17	Sinto fascínio.	1	2	3	4	5	6 7
AI18	Sinto curiosidade.	1	2	3	4	5	6 7
AI19	Sinto alegria.	1	2	3	4	5	6 7
AI20	Sinto vontade de olhar os seus olhos.	1	2	3	4	5	6 7
AI21	Sinto empatia.	1	2	3	4	5	6 7

AI22	Sinto vontade de passar tempo com ela.	1	2	3	4	5	6	7
AI23	Sinto algo estranho.	1	2	3	4	5	6	7
AI24	Sinto algo inexplicável.	1	2	3	4	5	6	7
AI25	Sinto uma química entre nós.	1	2	3	4	5	6	7
AI26	Acho-a fisicamente atraente.	1	2	3	4	5	6	7
AI27	Fico com ela no pensamento.	1	2	3	4	5	6	7
AI28	Acho-a agradável.	1	2	3	4	5	6	7
AI29	Sinto vontade de a conhecer.	1	2	3	4	5	6	7
AI30	Faz-me corar.	1	2	3	4	5	6	7
AI31	Sinto-me com desejo.	1	2	3	4	5	6	7

B. Tendo em consideração a pessoa da foto, indique em que medida concorda com as afirmações, registando a sua resposta numa escala crescente de 1 (*Nada*) a 7 (*Totalmente*).

		Discordo totalmente							Concordo totalmente						
EH1	Eu acreditaria no que esta pessoa diz.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
EH2	Esta pessoa não é ética.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
EH3	Esta pessoa tem integridade.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
EH4	Eu acredito que esta pessoa me diria a verdade.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
EH5	Esta pessoa é honrosa.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
EH6	Esta pessoa é mentirosa.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
EH7	Esta pessoa não é credível.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
EH8	Esta pessoa é honesta.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7

C. Indique em que medida se identifica com a pessoa da foto, registando a sua resposta numa escala crescente de 1 (*Nada*) a 7 (*Totalmente*).

	Nada				Totalmente		
II	1	2	3	4	5	6	7

DEPOIS DE LER O TEXTO EM ANEXO, RESPONDA ÀS QUESTÕES APRESENTADAS A SEGUIR.

D. Agora que leu atentamente a situação que aconteceu com a Maria (a pessoa da foto), descrita no artigo de jornal, por favor indique em que medida concorda com as afirmações, utilizando uma escala crescente de 1 (*Nada*) a 7 (*Totalmente*).

		Nada							Totalmente						
RV1	Se realmente quisesse, a Maria poderia ter-se defendido de forma mais eficaz.	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7

